

Acção Socialista



Nº 1280 30 Março 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

RENATO SAMPAIO

“Queremos a
Federação do Porto
mais moderna e mais
aberta à sociedade”



PS PROPÕE REFORMA DO PARLAMENTO

Mais transparência
Maior autonomia
Mais eficácia
Maior proximidade
aos cidadãos



Obras públicas

5



Paulo Campos:
“A escolha da
Ota é a mais
adequada”

Artigos de opinião

Edite Estrela, Fausto
Correia, Carlos
Zorrinho, Odete João,
Nélson Baltazar,
Ventura Leite,
Hortense Martins,
Maria Manuel
Oliveira, Joana Neves,
Miguel Laranjeiro

SUPLEMENTO



**PLENÁRIOS FEDERATIVOS
DE MILITANTES**

“DOIS ANOS DE GOVERNO”
DE 9 A 18 DE ABRIL 2007, POR TODO O PAÍS

Consulte a agenda actualizada em:

www.ps.pt

ANIVERSÁRIO DO PS - 34 ANOS

JANTAR

JOSÉ SóCRATES e MÁRIO SOARES

Quinta-feira, 19 de Abril, pelas 20:00h

CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA - PAVILHÃO 1
(antiga FIL à Junqueira)

Reservas

SEDE NACIONAL: 21 382 20 13 / 14

PARTICIPE!

OPINIÃO

HOMENAGEM A ACÁCIO BARREIROS***EDITE ESTRELA**
Presidente da delegação socialista no PE

A utopia igualitária nunca o abandonou. Solidário foi sempre. Se havia uma dimensão do Acácio que a todos se impunha era a sua fraternidade

AS PALAVRAS moram tão perto de nós que nos esquecemos de que elas também têm uma história. O mesmo acontece com as pessoas. Vivemos a seu lado, gostamos delas, mas estão tão perto de nós que nos esquecemos de lhes dizer que lhes queremos bem. Só nos apercebemos da nossa desatenção, quando se afastam de nós e nos deixam entregues à nossa solidão.

Voltando às palavras, vale a pena sublinhar que “saudade” rima com “amizade” e que a palavra “pessoa” tem variados sentidos. Na sua origem, a palavra “pessoa” referia um vazio que era preenchido por um fingimento, o fingimento do actor que representava outra personagem. Era assim no passado. E é assim, às vezes, no presente. Também nós nos escondemos por trás de uma máscara na encenação dessa narrativa a que chamamos vida. Mas pessoa também significa “carácter”. E esta é a marca distintiva por excelência.

Mia Couto disse que vivemos num tempo em que se glorifica o indivíduo e se nega a pessoa. Parece um contra-senso mas não é. Indivíduo e pessoa pertencem a categorias diferentes. Indivíduo é um ser sem rosto nem espessura. A história de cada um de nós é a história de um indivíduo a caminho de ser pessoa. O que nos faz ser pessoa não é o Bilhete de Identidade. O que nos faz pessoas é o modo como pensamos, como sonhamos, como somos. E a marca que deixamos nos amigos.

Ainda não mencionei o nome do nosso saudoso Acácio, mas tenho a certeza de que todos sentiram a sua presença no que acabo de dizer. Quando falamos de

peças com carácter e comungamos dos mesmos sentimentos, a corrente passa e encontramos o sentido exacto até no não-dito.

Estamos hoje aqui para recordar o nosso amigo Acácio Barreiros. Para homenagearmos o insigne autarca de Sintra. Para prestarmos tributo ao político e cidadão. Liberdade, igualdade, fraternidade foi a trilogia que inspirou a sua vida. Lutou pela liberdade para si e para nós contra a ditadura. A utopia igualitária nunca o abandonou. Solidário foi sempre. Se havia uma dimensão do Acácio que a todos se impunha era a sua fraternidade. O outro não era inimigo nem estranho, era pessoa.

Já uma vez o disse e vou repetir: Acácio Barreiros foi um símbolo de coerência e combatividade política, em que a minha geração se revê. Um símbolo para os jovens da geração de Maio de 68 que combateu a ditadura e resistiu à guerra colonial, que percorreu o processo revolucionário e ajudou a construir a democracia, que mudou de opinião mas não de convicções e se manteve firme e fiel aos valores de esquerda.

Não é fácil falar do nosso amigo Acácio Barreiros, um homem bom, tolerante com

os outros e afável no trato e de quem sempre recebi apoio e estímulo mesmo nos diálogos silenciosos dos últimos tempos em que a vida se desviava do seu curso normal.

Quem não se recorda, com admiração, do percurso político de Acácio Barreiros, do seu empenhamento cívico e político, da sua tenacidade e solidariedade, das suas qualidades oratórias e do seu sentido de humor, próprio das pessoas inteligentes.

O seu perfil de líder cedo foi reconhecido. Ele foi o estudante que, em Maio de 1973, apelou aos colegas do Técnico que não fugissem e que resistissem à polícia de choque. Acácio Barreiros desempenhou com eficiência e entusiasmo muitos e altos cargos político-partidários: vice-presidente do Grupo Parlamen-

tar, membro do Secretariado Nacional do PS, secretário de Estado da Defesa do Consumidor, autarca em Lisboa e Vila Franca de Xira, presidente da Assembleia Municipal de Sintra. Acácio Barreiros ficará na memória de todos os que com ele se cruzaram como uma referência e modelo a seguir.

Não é fácil para mim recordar o amigo e camarada das batalhas eleitorais. Recordo a alegria das vitórias, o trabalho conjunto, a



sua permanente disponibilidade e boa disposição. Recordo, e é inevitável que o faça para salientar o carácter e a grandeza do Acácio, os momentos menos bons, quando a derrota nos bateu à porta. Também nessa ocasião ele pensou mais nos outros que nele próprio, ele foi o amigo de que eu precisava. Sereno, digno, cavalheiro, amigo, muito amigo.

Vergílio Ferreira escreveu que “uma vida só tem história do princípio para o fim, se a tiver do fim para o princípio”. A vida de Acácio Barreiros tanto pode ser contada do começo para o fim, como de trás para a frente, porque é uma história de vida de luta pela Liberdade e de dedicação à Pátria.

Se a vida não lhe tivesse trocado as voltas, faria hoje 59 anos.

Neste dia 24 de Março, em que já não festejamos o dia dos seus anos, juntámo-nos para o recordar. Para que lhe prestemos justa homenagem. Marcámos encontro neste Centro Cultural, que ele ajudou a erguer e de que ele tanto se orgulhava e que, juntamente com a rua, perpetua o seu nome nesta vila que ele amava e escolheu.

Meus amigos, minha querida Gena e restantes familiares do Acácio, nestes três anos (desde o dia 18 de Fevereiro de 2004), muitas coisas aconteceram. Em Portugal e no mundo. Tantas, que a própria noção de tempo deixou de ser medida em meses e anos, mas em factos. Tudo mudou, menos a saudade que sentimos e a falta que o Acácio nos faz.

* A autarquia de Sintra atribuiu o nome de Acácio Barreiros à rua onde ele morou. O descerrar da placa foi no passado dia 24 de Março.

OPINIÃO

**FAUSTO CORREIA**
Eurodeputado socialista

Como escreveu António Mega Ferreira no “Público”, Soares Louro foi, “de tanta gente, um padrinho: solidário, atento, compassivo. Um bom padrinho, portanto”

JOÃO SOARES LOURO: O VERDADEIRO “SENHOR TELEVISÃO”

JOÃO Soares Louro, o verdadeiro “Senhor Televisão” (que morreu esta semana, em Lisboa, aos 74 anos, vítima de doença prolongada) dedicou quase toda a sua vida profissional à RTP.

Algarvio de alma e coração, natural de Faro, o João frequentou a Casa Pia, instituição a que ficou ligado desde então e indelévelmente. E pautou-se sempre pelos velhos e superiores princípios casapianos.

“Era um homem de fácil trato, informal e frontal, com perfil de líder”, sublinhou Luís Andrade. Este ex-director de programas e actual assessor da administração da RTP acrescentou: “Foi um homem que se fez a ele próprio. Tudo o que conseguiu, conseguiu pelas suas capacidades e pelos seus conhecimentos”. Já Alberto Arons de Carvalho, antigo secretário de Estado da Comunicação Social, fez notar que Soares Louro foi “uma das personalidades mais marcantes da história da televisão em Portugal”.

Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, destacou, por seu turno, “a dedicação à causa pública” de Soares Louro, que foi “quem melhor e mais cedo percebeu o que deveria ser o serviço público de televisão”.

O grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL) considerou Soares Louro como um “grande maçon, a quem Portugal e a televisão portuguesa muito devem”. António Reis, que o conheceu na manhã de 25 de Abril de 1974, quando participou como militar na ocupação dos estúdios da RTP, recordou “a preciosa ajuda que então nos deu para colocarmos a emissão no ar, num momento em que ainda não estava assegu-

rado o desfecho vitorioso da Revolução”.

O Presidente da República elogiou Soares Louro pelas “notáveis qualidades de gestor”. Na mensagem de condolências enviada à família, Cavaco Silva presta homenagem à memória de uma “personalidade que mereceu a consideração daqueles que com ele trabalharam e conviveram”.

Pioneiro na RTP, começou a trabalhar como chefe de serviços de regência, responsável pela planificação e direcção de estúdios. Chegou a presidente, o 14º, do Conselho da Administração da empresa. O seu mandato foi marcado pelo redimensionamento, reequipamento e equilíbrio financeiro da estação estatal, numa altura em que se passou da transmissão a preto e branco para as emissões a cores. Mas também pela aquisição da sede da “5 de Outubro” com estúdios próprios para a Informação, pela compra de carros exteriores equipados com tecnologia avançada e pela autonomização do Canal 2. E ainda pela criação da Radiotelevisão Comercial (RTC) e do Grupo Editorial da Empresa TV Guia. Eis por que é tido, a justo título, como “O Senhor Televisão”.

Soares Louro conheceu outras vidas para além da televisão: militante e dirigente nacional do PS, deputado por Lisboa à Assembleia da República, subsecretário

de Estado para a Comunicação Social no I Governo Constitucional liderado por Mário Soares, mestre de conferências na área da comunicação social da Universidade Fernando Pessoa no Porto e colaborador da Universidade Nova de Lisboa no ensino das “Tecnologias dos Meios”.

Presidiu também ao Conselho de Administração (CA) da Radiodifusão Portuguesa (RDP), a partir de 1992 e a convite do então primeiro-ministro Cavaco Silva, tendo coordenado a privatização da Rádio Comercial.

Sem esquecer que foi secretário pessoal de Azeredo Perdigão na Fundação Calouste Gulbenkian e aviador de brevet passado.

Integrava actualmente o CA da Parque Expo como administrador não executivo, fazia parte do CA da Atlântico - Pavilhão Multiusos de Lisboa e, desde 1999, desempenhava ainda o cargo de provedor da Qualidade do Parque

das Nações.

Conheci o João há mais de 30 anos - e tornámo-nos amigos desde o primeiro momento. De olhos azuis, era um sedutor nato, com grande bonomia e apurado espírito de humor. Apreciava a boa mesa, saboreava charutos, “puros”, e não passava sem o seu ciclo de touradas. Sabia rir e ousava chorar. Era um confidente, atento e solícito. Em suma, o João cultivava as virtudes dos



homens livres e de bons costumes.

Na “nossa” Praia da Luz, de que me ensinou a gostar, falámos de tudo e de todos durante horas, dias, noites, semanas, meses, anos a fio. Foi um privilégio tê-lo como interlocutor. Tão charmoso quanto encantador. As histórias e as “estórias” que o João conhecia!

Divergimos politicamente numa só ocasião essencial: quando decidiu lançar e chefiar a candidatura de Salgado Zenha nas eleições presidenciais de 1986. Juntamente com o Carlos Beja, discutimos a questão durante todo o mês de Agosto anterior, entre uns banhos de mar e outros tantos de sol. Ele levou a sua ideia por diante. Mais tarde, já Mário Soares era Presidente da República, o António Campos e eu próprio promovemos, no restaurante Belcanto, em Lisboa, um jantar de reconciliação. Soares e Louro, no final, fizeram as pazes - e tudo voltou, no seu relacionamento, ao que era dantes. Por que ambos generosos, fraternos e bons!

Como escreveu António Mega Ferreira no “Público”, Soares Louro foi, “de tanta gente, um padrinho: solidário, atento, compassivo. Um bom padrinho, portanto”.

Morreu o João - meu amigo e meu irmão! Não o quis visitar no Hospital Santa Maria e não pude acompanhá-lo até ao forno de cremação no cemitério dos Olivais. Mas vamos continuar a andar por aí. Um dia destes encontramo-nos. E retomaremos sem cessar os nossos diálogos. Teremos então todo o tempo para pormos a conversa em dia. E já sem estas lágrimas que bailam, teimosamente persistentes, nos meus olhos.

Um Parlamento mais autónomo transparente e eficaz



REFORMA DA AR

Um Parlamento mais autónomo, mais eficaz, que presta contas e está próximo dos cidadãos, mais activo na construção europeia mais transparente são os cinco princípios orientadores da proposta de reforma da Assembleia da República apresentada pelo deputado socialista António José Seguro.

APONTADA unanimemente como uma proposta ambiciosa que vai revolucionar o funcionamento do Parlamento, António José Seguro afirmou ao "Acção Socialista" que "a ambição da proposta está ao nível da ambição que o PS tem para o país", reafirmando que um dos objectivos da reforma "é fazermos da Assembleia da República um Parlamento a funcionar com mais transparência, autonomia, eficácia, mais próximo dos cidadãos e que dê exemplos cívicos".

Seguro apelou aos militantes do PS que consultem o "site" do Grupo Parlamentar do PS onde está a proposta na íntegra, "para que possam dar o seu contributo, durante o mês de Abril e que deste modo possam melhorar a proposta".

A proposta apresentada por António José Seguro prevê que os cidadãos possam consultar pela Internet as faltas dos deputados, respectivas justificações e os seus registos de interesses.

Atribuir um gabinete individual e um assistente a cada deputado e torná-los a todos membros efectivos de uma comissão e suplentes noutra são outras medidas sugeridas.

No total, são 95 as recomendações do relatório sobre a reforma do funcionamento do Parlamento apresentado esta noite por António José Seguro ao grupo parlamentar do PS e a partir do qual o partido vai elaborar iniciativas legislativas até ao final de Abril.

A "divulgação das presenças e das faltas dos deputados no sítio da As-

sembleia da República na Internet" é uma das medidas propostas pelo ex-líder parlamentar do PS.

"Essa informação estatística por deputado, e por reunião, deve ser colocada, e actualizada, no sítio da Assembleia da República na Internet", permitindo aos deputados "explicar o motivo da ausência" e contribuindo "para a aproximação entre representantes e representados", lê-se no documento.

Por outro lado, a "colocação dos registos de interesse financeiros dos deputados no portal da Assembleia da República" é sugerida como forma de "controlo por parte dos eleitores" e de "defesa para os parlamentares, relativas a boatos e a insinuações".

Ainda no que respeita à informação disponível na Internet, esta deve incluir os relatórios sobre diplomas e "todos os requerimentos" dos

deputados, "as correspondentes respostas, bem como as respectivas datas", sinalizando-se os que foram "respondidos fora de prazo".

Segundo a proposta de reforma, "todos os documentos da Assembleia da República devem ser públicos e colocados no sítio da Internet" em tempo real, porque "a transparência é um valor essencial no código genético dos parlamentos democráticos".

Sugere-se também a criação de páginas individuais dos deputados e "a possibilidade de cada cidadão remeter as suas opiniões e propostas concretas" pela Internet sobre as iniciativas legislativas em curso, sendo as propostas dos cidadãos analisadas em comissão.

Na Internet poderá igualmente estar informação sobre o chamado "contacto com o eleitorado", para o qual é actualmente reservada a segunda-feira, e que, refere o relatório, compreende actividades que "raramente chegam ao conhecimento da grande maioria dos eleitores".

A proposta de António José Seguro, que foi apresentada no dia 29 ao Grupo Parlamentar do PS, obriga ainda os ministros a participar regularmente em debates, prevê discussões de meia hora e impõe o agendamento de todos os diplomas.

A redução dos plenários de três para dois por semana, o fim do direito de réplica da maioria parlamentar no debate mensal com o primeiro-ministro, em formato mais curto, e a audição dos nomeados para altos cargos do Estado são outras sugestões.

Ana Catarina Mendes, Celeste Correia, Luís Pita Ameixa, Manuel Pizarro, Maria de Belém, Mota Andrade, Paula Barros, Paula Nobre de Deus, Rui Vieira e Vitalino Canas integraram o grupo de trabalho coordenado por António José Seguro, que produziu um documento de "excelência", segundo referiu o líder do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins.

Texto da proposta na íntegra em www.ps.parlamento.pt.

95

São as recomendações do relatório sobre a reforma do Parlamento apresentado por António José Seguro ao Grupo Parlamentar do PS e a partir do qual o partido vai elaborar iniciativas legislativas até ao final de Abril

Objectivo

Reformar e modernizar a Assembleia da República para servir melhor as cidadãs, os cidadãos e a democracia

"O trabalho apresentado ao Grupo Parlamentar, coordenado por António José Seguro e participado por um conjunto de deputados, é um trabalho de excelência, muito valioso"

ALBERTO MARTINS
PRESIDENTE DO GP/PS

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Ocorre assim neste final de 2007 uma feliz coincidência de ciclos. Um país em pleno ciclo de ambição liderando uma União que também encarna um tempo de aparente viragem determinada para os desafios do futuro

CICLO DE AMBIÇÃO

O CONSELHO Europeu da Primavera realizado em Bruxelas em 8 e 9 de Março, sob presidência alemã, marcou o início de um novo ciclo de ambição para o projecto europeu, num momento em que se assinala o quinquagésimo aniversário do seu arranque.

Um novo ciclo que se traduz numa maior abertura e flexibilidade perante os desafios de modernização institucional e na afirmação da vontade de liderar a Agenda Global de Inovação, com foco especial nas alterações climáticas e na aceleração da aplicação da Estratégia de Lisboa.

As decisões tomadas em Bruxelas são também a prova de que as prioridades assumidas na agenda de reformas microeconómicas em Portugal, a inovação e a diversificação energética, apostando nas energias renováveis, foram acertadas, oportunas e pró-activas em relação à Agenda Europeia.

Esta constatação abre novas oportunidades para a presidência portuguesa da União Europeia, que tendo que assumir dossiês decisivos como a reforma institucional, as relações bilaterais de âmbito geoestratégico, o desenvolvimento do espaço europeu de inovação e a preparação do novo ciclo da Agenda de Lisboa, o faz num quadro duplamente favorável, por um lado, devido à melhor atitude dos Estados-membros e, por outro lado, devido às boas práticas nacionais que dão credibilidade às propostas que tiverem que vir a ser feitas nestes domínios.

A presidência portuguesa da União Europeia (UE) ocorre num tempo de recuperação da economia nacional e em que os sacrifícios feitos pelos portugueses começam a traduzir-se em resultados concretos na competitividade e no crescimento do país, bem como no controlo das contas públicas e na credibilidade internacional que daí resulta.

Ocorre assim neste final de 2007 uma feliz coincidência de ciclos. Um país em pleno ciclo de ambição liderando uma União que também encarna um tempo de aparente viragem determinada para os desafios do futuro.

Esta sincronia ajudará a fazer da presidência portuguesa da UE um exercício de soma positiva para o país e para a União. Espera-nos um trabalho árduo mas estimulante, para transformar este ciclo de ambição num tempo de afirmação e desenvolvimento sustentável para Portugal e para a União Europeia.



OPINIÃO

A MULHER E A EDUCAÇÃO



ODETE JOÃO

Deputada do PS

Os progressos da escolarização feminina foram um elemento fundamental no longo processo de democratização do ensino em Portugal, constituindo-se como uma vitória decisiva contra um sistema educativo longamente elitista e fechado

AS SOCIEDADES ocidentais protagonizaram nas últimas décadas grandes alterações no que se refere ao papel da mulher. Este esteve, predominantemente, associado ao lar, à sua função de esposa e mãe. Ao homem era reservado o trabalho remunerado no exterior do núcleo familiar.

A discriminação contra as mulheres esteve sempre presente na sociedade portuguesa, em particular até à década de 70. São disso exemplo a dependência da mulher no casamento quer do ponto de vista legal, quer económico.

As mulheres, que constituem uma força de trabalho muito importante na sociedade, foram e ainda continuam a ser tratadas de forma desigual nas oportunidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. As taxas de desemprego são sistematicamente maiores para as mulheres do que para os homens. As diferenças salariais ainda hoje atingem uma diferença de 15 por cento na UE a desfavor das mulheres.

O acesso a muitas profissões estava vedado às mulheres. Por exemplo, a magistratura ou a carreira militar.

Em algumas profissões eram impostas muitas restrições para o seu exercício. As enfermeiras, por exemplo, não podiam casar, enquanto as professoras primárias tinham de pedir autorização ao Ministério.

Os direitos políticos também não eram iguais entre homens e mulheres. Por exemplo, em Portugal, o direito de voto das mulheres foi formalmente estabelecido em 1931, mas com muitas restrições que só desapareceram em 1968.

Nesta matéria, a portuguesa Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher a exercer o direito de voto em Portugal. Fê-lo nas eleições à Assembleia Constituinte da I República, em 1911.

Esta médica, viúva com uma filha a seu cargo, requereu em tribunal a sua inclusão nos cadernos eleitorais aproveitando a formulação legal que referia: o direito de voto aos que sabiam ler e escrever e eram chefes de família.

De imediato a lei foi alterada especificando que o direito ao voto pertencia apenas aos chefes de família homens.

A educação das mulheres era socialmente condicionada. Os rapazes tinham frequentemente preferência face às raparigas no acesso à educação, em particular nas famílias com menores recursos.

Em Portugal, as mulheres foram até há pouco tempo as mais penalizadas no acesso à educação e os índices de analfabetismo atingiram-nas de forma mais intensa. Em 1991 metade das mulheres portuguesas com mais de 65 anos não sabiam ler nem escrever.

A Declaração Ministerial de Atenas emitida na Conferência Europeia de 1992 diz que "as mulheres representam metade dos talentos e das qualificações potenciais da humanidade"

Carol Bellamy, directora-executiva da Unicef, em 2004 afirmou: "Privar uma rapariga de aceder ao ensino, não só reprime as suas potencialidades como diminui a probabilidade de que os filhos que vier a ter – tanto rapazes como raparigas – frequentem eles próprios a escola e possam escapar a uma vida de pobreza. Quando uma rapariga recebe instrução, toda a gente fica a ganhar – ela própria, a sua família, a comunidade e o seu país".

A democratização do acesso à educação, longamente condicionada por razões culturais ou dificuldades económicas, passou necessariamente por um forte combate contra os preconceitos existentes relativamente às questões do género e também de classe social.

Os progressos da escolarização feminina foram um elemento fundamental no longo processo de democratização do ensino em Portugal, constituindo-se como uma vitória decisiva contra um sistema educativo longamente elitista e fechado, dominado por diversos mecanismos de defesa que dele excluíam os indivíduos com base no sexo e origem social.

A relação entre a mulher e a escola voltou a estar no centro da análise. À escola atribuiu-se muita da responsabilidade de reprodução de estereótipos associados ao género.

Este ano comemora-se o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, e no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, o Governo pretende destacar as "dimensões europeias da igualdade de género".

Contribuir para que seja uma realidade é uma tarefa de todos, assim a prioridade política no combate precoce aos estereótipos do género deve começar no contexto escolar e na educação familiar.

Fórum "Novas Fronteiras" debate Emprego e Segurança Social no distrito de Bragança



FERNANDO CALADO

NO ÂMBITO do Fórum "Novas Fronteiras" a Federação do Partido Socialista de Bragança está a promover um ciclo de três colóquios/debate sobre o tema "Emprego e Segurança Social".

O primeiro colóquio teve lugar no passado dia 24 de Março, em Macedo de Cavaleiros, com a sala praticamente cheia de militantes do PS, independentes e militantes de outros partidos.

A mesa deste colóquio era constituída por Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança Social que desenvolveu o tema "Demografia e Sustentabilidade do Sistema de Segurança Social"; por Edmundo Martinho, presidente do Instituto da Segurança Social, que abordou o tema "Valorização do Papel Social da Prestação de Desemprego"; por Mota Andrade, deputado e presidente da Federação do PS de Bragança, por Teresa Barreira, directora do Centro Regional de Segurança Social de Bragança e por Camilo Morais, presidente da Concelhia PS de Macedo de Cavaleiros.

Edmundo Martinho iniciou a sua intervenção referindo a simplificação e organização dos processos e a valorização do papel social das prestações de desemprego, tendente à responsabilização dos beneficiários como principais intervenientes na procura activa de emprego.

Seguidamente expôs as principais alterações introduzidas no regime da prestação de desemprego, operadas pelo decreto-lei 220/2006 de 03/11, nomeadamente a diminuição do prazo de garantia – passa de 540 dias de trabalho com registo de remunerações nos últimos 24 meses, para 450 dias nos últimos 24 meses.

Referiu ainda a necessidade de incentivar a procura activa e aceitação de emprego – através da elaboração dos Planos Pessoais de Emprego (PPE) e acompanhamento personalizado dos beneficiários pelos Cen-

tros de Emprego com delimitação das situações de recusa de emprego ou formação profissional, bem como a introdução de um novo dever de apresentação quinzenal dos beneficiários nos serviços de emprego, da Segurança Social ou outros eventualmente protocolados com os serviços do IEFP.

Edmundo Martinho disse também que era necessário o aperfeiçoamento do conceito de desemprego involuntário para poder aceder à prestação – exclusão da protecção no desemprego em casos de despedimento com justa causa por parte da entidade empregadora e delimitação das situações de cessação do contrato por acordo.

A terminar, o presidente da Segurança Social fez a apologia de dois corolários lapidários: não existe a consagração legal do direito ao desemprego, existe sim a protecção constitucionalmente consagrada do direito à protecção na eventualidade de desemprego.

De seguida, usou da palavra Pedro Marques, exemplificando com gráficos devidamente trabalhados que o aumento da esperança de vida tem como reverso da medalha o facto de o Estado ter de despender mais recursos e por mais tempo na protecção social dos cidadãos, quer ao nível das pensões de reforma quer ao nível do acolhimento condigno dos mais carenciados e vulneráveis – velhice e deficiência.

A desproporcional baixa da taxa de natalidade e a entrada no mercado de trabalho mais tardia, para um sistema de Segurança Social de base contributiva como o nosso, conduz-nos a uma situação conjuntural, exageradamente desproporcional, em que serão cada vez menos os que contribuem para o sistema e cada vez mais os que reclamam dele o pagamento de benefícios, ainda que estes estejam garantidos como direitos, o que consequentemente aporta a ruptura do sistema.

Depois, Pedro Marques afirmou

que o Governo, sem descuidar a protecção social e para inverter esta tendência de ruptura, tem adoptado medidas que se revelam capazes de garantir a sustentabilidade do Sistema Público de Segurança Social, ao contrário de outros, nomeadamente a oposição, que a única solução que preconiza são os, dizem eles, esquemas de protecção privados e/ou aumento dos impostos e taxas contributivas para os regimes de Segurança Social.

O Governo tem vindo a inverter a tendência de ruptura do sistema, através de um forte combate à fraude e evasão contributiva e agilizando mecanismos de recuperação efectiva de créditos mal parados pertença do sistema, ao ponto de ter operado recentemente a transferência de cerca de 700 milhões de euros para o fundo público de pensões, que garantem as nossas reformas nos próximos 30 a 40 anos.

Referiu ainda a enorme importância do Complemento Solidário para Idosos (CSI), que permite às pessoas com pensões degradadas ter a pensão mínima de 300 euros mensais, exercitando assim o princípio da diferenciação positiva.

Por último, Pedro Marques manifestou a sua forte convicção em que as medidas já levadas à prática, as que estão estruturadas e brevemente serão implementadas, podem com segurança permitir a Portugal continuar a ter um Sistema Público de Segurança Social forte, coeso e ao nível dos melhores da Europa.

Após as intervenções de Edmundo Martinho e Pedro Marques seguiu-se um período de debate muito participado, em virtude da pertinência dos temas tratados.

Encerrou este primeiro colóquio/debate o deputado Mota Andrade que reafirmou a sua concordância com as medidas sociais implementadas pelo Executivo, em especial no que concerne aos apoios aos mais necessitados, nomeadamente à terceira idade.

“A escolha da Ota é a mais adequada”

O futuro aeroporto da Ota, como qualquer grande obra pública, não poderia ficar de fora de uma discussão acalorada. Mas se há um tempo para a discussão e outro para os estudos, há igualmente um outro para agir. E o tempo agora é de agir e de construir o futuro aeroporto da Ota. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Paulo Campos, secretário de Estado das Obras Públicas, defende que mais adiamentos no lançamento da Ota, só contribuirão para atrasar ainda mais uma obra que já devia estar feita há décadas.



RUI SOLANO DE ALMEIDA

João Cravinho assumiu há dias que, se surgirem factos novos ou se houver dúvidas sobre a viabilidade ou segurança da opção Ota, se deve reanalisar a localização do futuro aeroporto. Qual a reacção do Governo a esta posição?

É uma posição sensata da parte de João Cravinho. Obviamente, se houvesse aqui qualquer novo dado que de algum modo pusesse em causa algum dos valores que referiu, jamais nenhum Governo responsável, como este o é, os poderia ignorar.

Contudo, e até a este preciso momento, que se saiba, não existe qualquer dado novo que justifique ou que nos aconselhe a reanalisar, o que quer que seja, em relação à Ota.

Lembro que a opção Ota, está sobre a mesa há mais de trinta anos. Na altura foi decidido estudar cerca de 15 localizações para o futuro aeroporto internacional de Lisboa, sabendo-se já na altura que a Portela estaria esgotada dentro de dez a quinze anos. A Ota foi a escolhida.

Este Governo mais não fez do que dar continuidade aos estudos que já vem de trás, sucessivamente confirmados pelos consecutivos governos.

Do que se trata agora é de lançar o concurso, o mais rápido possível, para que a obra finalmente comece a concretizar-se. Portugal não pode esperar muito mais tempo por um equipamento desta importância, sob pena de perder a corrida da modernidade, não só face a Espanha, que não pára de se modernizar, indiferente ao que fazemos ou deixamos de fazer, mas sobretudo porque se continuarmos com esta posição de adiar o que há muito já devia estar feito, corremos risco de nos converter definitivamente num país periférico, cada vez mais longe dos níveis de desenvolvimento pelos quais tanto temos lutado desde a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, em 1985.

Uma das questões que está sobre a mesa refere-se à capacidade do futuro aeroporto da Ota se esgo-

tar, eventualmente, num prazo de 13 a 15 anos. Quer comentar?

Talvez seja mais adequado responder começando por explicar qual é o nosso conceito sobre a Ota.

Para este Governo, a Ota mais do que um aeroporto será o centro nevrálgico do que modernamente se designa por uma cidade aeroportuária. Ou seja: o que nós queremos que ali nasça não é só um local, tecnicamente apto e adequado para que muitos aviões possam aterrar e descolar. É muito mais do que isso. Trata-se de apostar na construção de uma cidade aeroportuária, onde se integram um conjunto de vertentes que passam pela implantação de novas unidades industriais, de um conjunto vasto de serviços, novos hotéis em suma, um local que potencie serviços de valor acrescentado e actividades como a logística.

Talvez não seja despropositado referir que também a chamada gestão do espaço aéreo está a merecer, da parte do Governo, uma atenção especial, porque se estamos a planear a construção de um novo aeroporto internacional, num local diferente do actual, é óbvio que teremos também que reequacionar todo o modelo até agora existente no que diz respeito ao tráfego aéreo.

Quanto ao esgotamento da capacidade do novo aeroporto dentro de uma década ou pouco mais, crítica que em nossa opinião não é séria, o que o Governo tem vindo a afirmar, sustentado nos inúmeros estudos, nacionais e internacionais, é que vamos construir um aeroporto com uma capacidade para 50 milhões de passageiros/ano. Recorde-se que actualmente a Portela movimenta cerca de 12 milhões/ano, número que todos os estudos indicam que só

será atingido depois de 2050, e isto se entretanto o mundo da aviação não sofrer profundas alterações, que poderão muito bem passar, por exemplo, pela utilização, por parte das companhias, de aparelhos maiores, caso do A380, o que reduzirá, e muito, o número de aeronaves nos aeroportos.

De referir, por fim, que os estudos que o Governo dispõe, repito, quer de entidades nacionais quer internacionais, dizem que em 2050 o número de passageiros andar, no máximo, à volta dos 42 milhões/ano, e que portanto, como é lógico, estando o Governo apostado em construir um novo aeroporto com uma capacidade para responder a 50 milhões de passageiros/ano, está a pensar, obviamente, em poder prolongar para além daquela data a utilização deste equipamento. É por isso que o Governo não compreende a crítica de que a Ota não sobreviverá além de década, década e meia.

Em todo o mundo existem só oito aeroportos, repito, oito, com um tráfego superior a 50 milhões de passageiros por ano. Todos eles em países com muito mais população que Portugal.

Os estudos técnicos apontam para uma desvantagem de Rio Frio e do Póceirão, face à Ota. As razões têm a ver com aspectos de ordem ambiental, os importantes aquíferos ali existentes, o ecossistema de aves ou o montado de sobre. São razões determinantes para se ter optado pela Ota?

Sem dúvida. Foram mesmo as mais determinantes. Havendo contudo outras. Hoje ninguém seriamente pode defender a localização do novo aeroporto a sul do Tejo. Os impactes ambientais são ali muito maiores, razão porque todos os estudos de que dispomos apontam para a construção do novo aeroporto a norte do estuário do Tejo.

As razões que referiu foram mesmo as mais determinantes para que não se tivesse apostado quer em Rio Frio, quer noutra qualquer das áreas envolventes, e se tivesse optado antes pela Ota, que oferece, tanto a nível ambiental, como a nível da orografia, outras condições que os terrenos na margem a sul do Tejo não ofereciam.

Não nos podemos esquecer que em toda aquela zona de Rio Frio existe a maior reserva de água doce da Península Ibérica que poderia correr sérios risco de contaminação caso o aeroporto fosse ali construído. Mas há outros factos, não menos importantes, que igualmente desaconselharam a que este novo equipamento fosse para a margem sul do rio Tejo, optando-se, antes, pela margem norte e pela Ota em particular. É este princípio e este conselho que o Governo acolheu e que vai seguir.

OPINIÃO



NELSON BALTAZAR
Deputado do PS

Todos já percebemos que o actual aeroporto da Portela, por muito que o estiquem, tem de ser substituído. O congestionamento é notório, já não há espaço de manobra, é impossível a sua expansão, há muito tempo que não responde à procura, a qualidade do serviço que presta deteriora-se todos os dias

PORTUGAL MAIOR!

O PROBLEMA está mesmo nesta sociedade que depende da roda e deixou instalar no seu seio uma certa tendência para andar em círculos. Se o Homem não tivesse inventado a roda, não teríamos hoje necessidades tão grandes para a aterragem das aeronaves. Que desperdício as pistas tão compridas que só servem exactamente para aterrar, levantar e aproximar. E que dizer dos espaços necessários ao crescimento das cidades aeroportuárias indispensáveis quando pensamos num aeroporto de rotação internacional? Entrando no que me traz até vós. Todos já percebemos que o actual aeroporto da Portela, por muito que o estiquem, tem de ser substituído. O congestionamento é notório, já não há espaço de manobra, é impossível a sua expansão, há muito tempo que não responde à procura, a qualidade do serviço que presta deteriora-se todos os dias. Não foi possível responder, em 2006, aos 150 novos pedidos de estacionamento. Se tivessem sido possíveis, teríamos ganho 450 movimentos por semana e mais dois milhões de passageiros. Nos próximos dez anos, a situação vai piorar. Perdemos no ano passado 80 mil toneladas de carga aérea. O aeroporto internacional de Lisboa fecha de noite e já não tem espaço para movimentar mais carga aérea. A estratégia tem sido dar prioridade aos passageiros. Nas horas de ponta, existem na Portela 40 movimentos por hora, na mesma pista, com travessias e aproximações em *táxiway*. Significa isto que, quando aterrar em Lisboa e o seu avião estiver a tocar a pista, há outro avião que vai tocar no mesmo local dentro de um minuto e meio. Noventa segundos... que frio sinto no diafragma cada vez que penso nisto.

Estamos a discutir este tema há duas décadas. Encetaram-se os primeiros estudos com profundidade há dez anos. Fez-se a escolha dos dois possíveis locais há cinco e há quatro que a opção de construção se fixou na Ota. É claro para mim que os menos avisados interesses de Lisboa e de alguns dos seus políticos de renome assumem o novo aeroporto como algo que vem tirar os aviões de casa. Já estão viciados na “sinfonia” dos motores em esforço na aterragem ou na descolagem, estão viciados na “agradável” poluição das toneladas de combustível que todos os dias entra pelas janelas, na Avenida da República, de Roma ou Forças Armadas. Em seu entender o interesse nacional pode esperar. Lisboa não pode perder estas “mais-valias”. E foi assim que se esperaram mais três anos de governo PSD, sem nada fazer. Um, clamando que as crianças nos hospitais precisavam deste dinheiro (sabendo que estava a mentir). Outro, estando ministro, dizendo que fazia o novo aeroporto na Ota. E agora, como presidente da Câmara, afirma que nem por cima do seu cadáver. Porque não pedir-lhes os 380 milhões de euros que estamos obrigados a gastar na Portela, para aguentar até 2017. O interesse nacional não pode mesmo esperar. As razões de localização já foram estudadas e encontrou-se o local. O tempo da escolha já passou há quatro anos. Estudar uma nova localização atrasa o novo aeroporto em mais três anos. Precisamos de executar esta infra-estrutura que, em conjunto com outros investimentos, estabelecerá o território como plataforma logística atlântica. Aqui podemos conjugar uma rede de transportes de carga e de passageiros, no mar, em terra e no ar, com intermodalidade rodoviária, ferroviária, marítima, e aérea, correspondendo às necessidades de uma Europa moderna, na sua frente atlântica. Precisamos de construir o novo aeroporto de Lisboa já e as máquinas têm que iniciar ainda este ano a construção dos estaleiros. É preciso deixar de andar aos círculos. É preciso iniciativa e decisão e a Ota é a solução. Precisamos de um Portugal inovador, qualificado e logístico para responder aos desafios deste primeiro quartel do século em matéria de conhecimento, comunicações e transportes. Felizmente já deixámos para trás o Portugal dos pequeninos, recusamos o Portugal pequenino da Portela, precisamos ver mais longe, precisamos de um Portugal maior!

OPINIÃO



VENTURA LEITE
Deputado do PS

Em nome dos homens e mulheres de todo o mundo, a esquerda foi-se afirmando, politicamente, na luta pela liberdade, pela igualdade, pela justiça, pelo fim de privilégios ilegítimos, pela igualdade de oportunidades de acesso ao progresso

A ESQUERDA NO COMBATE À POBREZA

DESEJO, com este artigo, contribuir para promover o debate interno.

Num mundo em evolução rápida, um dos traços que marcam a vida política do dia-a-dia é o desinteresse progressivo dos cidadãos perante a política e pelos políticos. Isso é resultado da satisfação dos cidadãos perante os resultados das reformas, das lutas travadas noutros tempos, e do progresso económico? Não creio que isso explique tudo.

Parece aceitável que a mobilização dos cidadãos é tanto maior quando maior a

Nestes dias, em encontro com o prof. Alfredo Bruto da Costa, na Assembleia da República, ficámos a saber que num período recente de cerca de cinco anos, 42 por cento das famílias portuguesas estiveram pelo menos um ano em situação de pobreza!

Por outro lado, também nos disse que um terço dos pobres é constituído por pessoa que trabalham, e outro terço por pensionistas.

Reconheceu, ainda, que o desafio do combate à pobreza em Portugal não é tarefa apenas de um governo. É uma verdadeira re-



percepção de que estão em causa matérias verdadeiramente importantes para cada um. Quando essa não é a percepção, por muito que se digladiem as forças políticas nas campanhas eleitorais, a mobilização dos cidadãos é cada vez menor.

Mas a actividade política actual parece desconhecer uma evolução de enorme relevância daquilo que hoje se designa por cidadania.

A cidadania é a expressão actual, ao nível do indivíduo, do extraordinário progresso de grande parte da humanidade, resultante do acesso à informação, à cultura, ao bem-estar e à democracia política.

O cidadão é alguém que, além do acervo herdado dos proletários de ontem, tem hoje, e cada vez mais, uma consciência dos seus direitos, dos novos desafios económicos, sociais e políticos, e da sua dimensão cada vez mais global.

É alguém que exerce um escrutínio cada vez maior sobre os políticos. É alguém cuja confiança e/ou lealdade perante políticos e/ou partidos, traduzidas no voto ou na militância, são cada vez mais precárias e até volúveis.

Neste quadro, a um partido com um trajecto de esquerda, como o PS, não basta, nem tem mesmo qualquer sentido prático final, afirmar-se simplesmente de esquerda ou de esquerda moderna.

Hoje, não só temos novos desafios, nunca antes enfrentados pela humanidade, e que exigem soluções nunca antes ensaiadas, como velhos problemas que, por persistirem, exigem soluções novas também antes não experimentadas.

Entre os velhos problemas que persistem, temos a pobreza.

É ao Estado e à sociedade que cabe o desafio do combate à pobreza.

O Estado está a actuar no sentido correcto em alguns dos caminhos que é necessário assumir.

Mas há ainda um vasto campo de actuação não devidamente explorado.

volução, que exige um profundo processo de mudança cultural, de atitude dos cidadãos e do poder político, de esforço de qualificação e de progresso económico.

Na sequência destas observações, concordei comigo que faltam em Portugal instrumentos (como o microcrédito) e instituições que encarem o problema da pobreza como um desafio onde a chave do sucesso não está definitivamente nos mecanismos tradicionais da Segurança Social, mas num processo em que ao pobre é dada a oportunidade de vencer a sua pobreza, e à sociedade a oportunidade de contribuir para um país mais desenvolvido, e numa área onde outros têm falhado.

Isto não significa que não sejam necessários recursos.

Talvez sejam necessários muitos mais do que os actualmente despendidos no Rendimento Social de Inserção, no complemento solidário para idosos ou em verbas para equipamentos sociais. Mas esse não é o problema principal, e pode ser ultrapassado!

Hoje temos um Governo socialista que está a assumir um desafio nacional e histórico, que se centra no saneamento das contas públicas e, simultaneamente, na reforma do Estado, para que o país possa competir economicamente numa Europa alargada a 27 países, e numa economia mundial globalizada.

Mesmo nestas condições difíceis, é certo que o Governo mantém uma preocupação social muito clara.

Todavia, o combate à pobreza no nosso país (onde se tem agravado o fosso entre ricos e pobres) é algo que nos convoca para uma estratégia diferente da que se tem seguido, e que se decalca da actuação do passado. Não se trata apenas de mais recursos financeiros na segurança social.

Em próxima oportunidade apresentarei os elementos essenciais do que na minha opinião ainda falta na actuação do PS, e que deveria constitui uma das suas marcas de esquerda mais fortes nos dias de hoje: mobilizar o país para vencer a pobreza.

Governo quer criar rede de centrais de biomassa



NO ÂMBITO da aposta nas energias renováveis, o Governo pretende criar, até 2010, uma rede descentralizada de centrais de biomassa, com potência total de 250 megawatts (MW), num investimento que pode ascender a 500 milhões de euros e gerar entre 500 a mil postos de trabalho.

Espera-se ainda uma redução dos níveis de emissão de dióxido de carbono (CO₂) de 700 mil toneladas e a redução do risco de incêndio devido a uma articulação entre a localização das centrais de biomassa e as políticas florestais.

No ano passado, o Governo lançou um concurso para 15 novas centrais a biomassa florestal, com uma potência total de 100 MW, que recebeu 36 candidaturas.

Desses 15 lotes o Governo já adjudicou os lotes 6 e 10, num total de 5 MW de potência à Tave Energia ACE nos distritos de Castelo Branco e Guarda e à Palsar na Sertã, distrito de Castelo Branco.

O Governo espera que a construção destas centrais implique um investimento total de cerca de 200 milhões de euros e retire das florestas um valor superior a um milhão de toneladas de biomassa.

De salientar que o Governo deverá ainda atribuir cinco novas licenças para centrais de biomassa. As novas licenças para centrais a localizar em Cabeceiras de Baixo, com o máximo 12 MW, em Gondomar, com 13 MW, em Oleiros, com 9,3 MW, em Monchique, com 14,65 MW, e para o reforço da central de Mortá-

gua, com 10 MW, vai permitir um aumento da potência instalada em 57 MW.

Estas novas cinco licenças para centrais de biomassa vão implicar um investimento de cerca de 150 milhões de euros, produzir cerca de 440 gigawatts/hora (GWh) de energia por ano e permitir a redução de emissões de CO₂ em cerca de 275 mil toneladas por ano.

Espera-se com estas iniciativas que o peso da biomassa florestal no total da produção a partir de fontes de energias renováveis suba de um por cento, em 2005, para 5 por cento em 2010, ao atingir os 1.275 GWh.

Licenciamento de energias renováveis simplificado

Entretanto, o Conselho de Ministros de 22 de Março aprovou um diploma que facilita e agiliza o licenciamento de energias renováveis, dando assim seguimento a medidas incluídas na Estratégia Nacional para a Energia.

Permite-se, nomeadamente, a instalação de sobreaquecimento nas centrais eólicas com licença ou em licenciamento – mediante contrapartida de modernização dos aerogeradores instalados e de descontos na tarifa – minimizando-se impactes ambientais e tempos de licenciamento e de construção.

São também ajustados os critérios de remuneração de electricidade para algumas energias e clarificados critérios para os concursos de atribuição de potência.

Sócrates congratula-se com compromisso de novo Tratado

50 ANOS DO TRATADO DE ROMA

A RESOLUÇÃO do impasse na aprovação do Tratado Constitucional é o principal desafio que se coloca à União Europeia (UE), afirmou o primeiro-ministro português, José Sócrates, considerando que o facto de os líderes europeus terem fixado uma data para concluir o processo é uma decisão política da maior relevância.

José Sócrates referia-se à inclusão, na Declaração de Berlim evocativa dos 50 anos do Tratado de Roma, aprovada pelos líderes dos 27, de uma referência à necessidade de um novo Tratado europeu até 2009.

“Há um bom espírito e uma vontade política” de todos os membros do Conselho Europeu (chefes de Estado e de Governo), que se reuniram na capital alemã para assinalar o cinquentenário da fundação da União, “para que a Europa possa responder satisfatoriamente a esse problema”, disse o primeiro-ministro português, no final dos trabalhos.

Sócrates lembrou que, na Declaração de Berlim, os 27 Estados-membros concordaram com a adopção de um novo Tratado antes das eleições para o Parlamento Europeu de 2009.

“E isso é o mais claro e o mais forte sinal do empenhamento da Europa na resolução do problema institucional”, salientou, acrescentando que “é a primeira vez, nos últimos anos, que é assumido com clareza” este desafio.

No entanto, referiu que “ainda é cedo para falar quer da forma, quer



da substância”, sendo preciso esperar pela cimeira de Junho de líderes dos 27, que encerra a presidência alemã da UE.

“É preciso que a substância do que vai estar em discussão seja perfeitamente definida” até Junho, disse.

Neste quadro, Sócrates disse que competirá à presidência portuguesa, no segundo semestre do ano, “um papel muito importante” na

negociação de um novo Tratado para a UE.

Fidelidade ao código genético

Entretanto, num artigo publicado no jornal alemão “Frankfurter Illgemeine”, o primeiro-ministro, José Sócrates, defendeu que o futuro da Europa “depende da sua fidelidade ao código genético que

é o segredo do seu sucesso: a tolerância, coesão e abertura”.

“Não podemos deixar que se percam a solidariedade, a coesão, a abertura e o método comunitário de decisão”, escreve José Sócrates, num suplemento publicado pelo matutino para assinalar o cinquentenário da assinatura do Tratado de Roma, onde também assinam artigos de opinião vários chefes de Estado e de Governo da União

Europeia (UE).

“Há 50 anos, poucos sonhariam que os europeus em conjunto conseguiriam ir tão longe, e entretanto alcançamos a maioria dos objectivos que traçámos nestes 50 anos”, acrescenta Sócrates no artigo.

O primeiro-ministro lembra ainda que Portugal “esteve sempre na linha da frente da integração europeia, sempre que se tratou de aprofundar o projecto europeu, esforçando-se por reforçar a sua componente política única”.

José Sócrates garante também que Portugal “está decidido a dar um contributo activo para um projecto de paz e estabilidade e para o progresso social e económico”.

Neste quadro, o líder do PS salientou que a presidência portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, será “uma oportunidade única” para reforçar o empenho de Lisboa nestes objectivos.

E considera que é necessária uma resposta europeia aos novos desafios da sociedade do conhecimento, das mudanças climáticas, ou para a adaptação do modelo social europeu às novas realidades.

“Para que a Europa acompanhe o crescimento da globalização, é necessário que defenda reformas a nível nacional e europeu, como se define na Estratégia de Lisboa”, afirma José Sócrates.

Salientando que os próximos anos “vão pôr à prova” a persistência da Europa, o primeiro-ministro mostra-se confiante na superação dos novos desafios, afirmando que estes, “comparados com os gigantes sucessos dos últimos 50 anos, parecem minúsculos”.

Líder do PSD faz populismo e demagogia com reforma consular

AS POSIÇÕES assumidas, em Paris, pelo líder do PSD, Marques Mendes, a propósito da reforma consular, revelam “populismo, demagogia e insensibilidade” em relação à necessidade de “uma racionalização” das estruturas consulares, afirma o Departamento Internacional e de Comunidades do PS.

Em comunicado assinado pelo seu director, Paulo Pisco, esta estrutura do PS sublinha que a reforma consular visa dar “novas e melhores respostas aos problemas das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo”.

Para o Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Marques Mendes assumiu “uma postura populista, conservadora e distorcida”, que “recusa a necessidade do Estado adequar os serviços às reais necessidades



e expectativas dos seus cidadãos em virtude das transformações das sociedades e das próprias

comunidades, particularmente na Europa, onde a mobilidade é total e o acesso aos computadores

e à Internet mudaram os hábitos e a gestão do tempo dos cidadãos, facilitando a sua relação com a administração”.

Além disso, refere ainda o PS, Marques Mendes “omite injustamente” as orientações estratégicas que presidem à reforma consular anunciada pelo Governo, no sentido de “tornar as estruturas mais eficientes e articuladas, promover as presenças consulares, envolver o movimento associativo e reforçar a presença económica e cultural através da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e do Instituto Camões”.

O Departamento Internacional e de Comunidades do PS sublinha, a propósito, que, além de nos últimos tempos terem sido abertas novas estruturas consulares, como Manchester e Córsega, irão também ser criados novos postos,

como o do Ticino, na Suíça ou Fortaleza, Orlando e Winnipeg, e promovidos outros, como o de Osnabrück, na Alemanha.

Neste quadro, refere o comunicado, “o PSD não tem autoridade moral para falar em menosprezo pelas comunidades”, porque, “além de ser falso e poder ser comprovado pelas inúmeras iniciativas do actual Governo em matéria de apoio social, modernização dos serviços e do ensino”, nunca durante os governos do PSD “houve qualquer acção digna de referência em favor dos portugueses a viver fora do país e, muito menos, qualquer reforma que os beneficiasse”.

Aliás, lembra ainda o PS, nos últimos executivos do PSD, só em França foram encerrados quatro consulados, “sem que se tivesse apresentado qualquer alternativa”. J. C. C. B.

Novas regras da formação do preço dos medicamentos já em vigor

A PORTARIA que define as novas regras de formação dos preços dos medicamentos, da sua alteração e ainda de revisão anual e transitória foi publicada já em "Diário da República".

Trata-se de uma portaria conjunta, dos Ministérios da Economia e da Inovação e da Saúde, que visa regulamentar as matérias constantes no diploma que consagrou uma nova metodologia da formação dos preços dos novos medicamentos.

Recorde-se que uma das novidades do referido decreto-lei resulta no facto de o preço inicial do medicamento ser formado através da comparação com a média dos quatro países de referência (Espanha, França, Itália e Grécia), considerando-se o valor assim obtido o máximo a praticar nos estádios de produção ou de importação.

Outra das novidades passa por estabelecer o regime de preços máximos para os medicamentos de uso humano sujeitos a receita médica, com excepção daqueles que sejam sujeitos a receita médica restrita, de uso exclusivo hospitalar e não sujeitos a receita médica mas comparticipados.

O referido diploma introduziu ainda o princípio da estabilidade do preço dos medicamentos. **M.R.**



Acordo tripartido de cooperação na emergência médica pré-hospitalar

COM vista a actualizar e reajustar os princípios enquadradores dos diversos protocolos a celebrar com corporações de bombeiros para a prestação de serviços de emergência médica pré-hospitalar, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) assinaram recentemente um acordo de cooperação, numa cerimónia oficial que contou com a presença dos secretários de Estado da Saúde, Francisco Ramos, e da Administração Interna, Ascenso Simões.



O anterior acordo celebrado entre as referidas entidades contava já 25 anos de existência, pelo que se procedeu a uma actualização e adequação dos termos em vigor à nova realidade do Sistema Integrado de Emergência Médica Pré-hospitalar.

No momento da assinatura do documento, Francisco Ramos, secretário de Estado da Saúde, salientou que o mais importante desta parceria era a nova base de entendimento para o exercício da emergência médica, pois o anterior protocolo, com mais de duas décadas, era já "insuficiente".

Para o governante, este novo acordo traz uma melhor definição das responsabilidades no âmbito da emergência pré-hospitalar.

Dada a importância de uma filosofia idêntica "de norte a sul do país", o protocolo assinado pelo INEM, ANPC e LBP prevê a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento que irá permitir a monitorização ao pormenor do desenvolvimento desta parceria, sendo possível ainda fazer os ajustamentos considerados necessários para a melhoria da emergência médica pré-hospitalar. **M.R.**

Portalegre tem viatura rápida de suporte avançado de vida

O TRATAMENTO médico de vítimas de acidentes ou doença súbita no local da ocorrência é já uma realidade no distrito de Portalegre, onde recentemente entrou em funcionamento uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

As VMER constituem um avanço significativo no processo de atendimento pré-hospitalar de situações de grande risco para a sustentação

da vida humana, havendo actualmente 37 a circularem em território nacional.

A VMER de Portalegre conta, nesta fase inicial, com uma equipa constituída por oito médicos e dez enfermeiros, os quais tiveram formação adequada ministrada pelo INEM.

As VMER funcionam ao abrigo de protocolos entre o INEM e os hospitais que têm este tipo de meio, aos quais compete assegurar os re-



curso humanos necessários para o funcionamento da viatura, isto é, a contratação dos médicos e enfermeiros para prestarem serviço na viatura rápida do INEM, mantendo-a operacional 24 horas por dia.

A VMER é, pois, um veículo de intervenção pré-hospitalar, concebido para o transporte rápido de uma equipa médica directamente ao local onde se encontra o doente.

Esta equipa é constituída por um médico e um enfermeiro, dispondo

de equipamento para o Suporte Avançado de Vida em situações do foro médico ou traumatológico.

Actuando na dependência directa do Centro de Orientação de Doentes Urgentes do INEM, as VMER têm base hospitalar, funcionando como uma extensão do Serviço de Urgência à comunidade e têm como principal objectivo a estabilização pré-hospitalar e o acompanhamento médico durante o transporte de vítimas de acidente ou doença súbita. **M.R.**

“Queremos a Federação do Porto mais moderna e mais aberta à sociedade”

Fazer do Porto e da região envolvente a mais dinâmica do país em vários domínios é a ideia-chave em que deve assentar um projecto socialista para a Câmara do Porto, que se encontra mergulhada no “imobilismo” pela “acção pouco motivada” do seu presidente com “o pensamento noutros voos”. Quem o afirma é Renato Sampaio, presidente da Federação do PS/Porto, que passa em revista algumas das principais mudanças levadas a cabo nesta estrutura e inúmeras iniciativas já programadas, no âmbito de um novo ciclo marcado pela unidade, modernidade e abertura às forças mais dinâmicas da sociedade.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Renato Sampaio elogia ainda a agenda reformista e inovadora do Governo, que “marcará positivamente Portugal e os portugueses”, e considera que a actuação do primeiro-ministro, José Sócrates, revela “um profundo sentido da sua missão aliado a uma visão de modernidade” para o país.

J. C. CASTELO BRANCO

Que iniciativas e quais as principais mudanças levadas a cabo na Federação do Porto sob a sua liderança?

Quando iniciámos esta caminhada havia um profundo desejo no PS-Porto de encontrar um novo rumo, até porque não era compreensível um desfazimento da estrutura partidária no distrito num quadro de novo ciclo governativo, profundamente reformador, e liderado pelo Partido Socialista e pelo seu secretário-geral, José Sócrates.

Conhecido o diagnóstico havia que abrir também um novo ciclo de liderança político-partidária naquela que é a primeira federação do país, conhecendo bem as dificuldades e obstáculos com que nos depararíamos. Para isso, muito contribuiu a primeira Universidade de Verão realizada pela Federação do Porto.

Avançamos desde logo com um vasto programa de actuação, auscultando os militantes e as suas estruturas de base, dialogando permanentemente com as forças mais dinâmicas da sociedade civil, entrando definitivamente na era das novas tecnologias da informação e comunicação com a Internet e um “site” moderno que nos tem permitido cultivar uma cultura de transparência na vida interna do PS-Porto. A criação de um Gabinete de Acolhimento aos Novos Militantes e o Gabinete de Atendimento aos Cidadãos são estruturas há muito reclamadas e que só recentemente foram implementadas.

Por outro lado, a Federação tem liderado o debate político como, uma excelente relação institucional

com o Governo, os principais dossiers das políticas do Executivo têm sido alvo de debate no PS/Porto.

Temos de permanecer abertos à reflexão, a escutar a sociedade e atentos aos sinais que dela emanam.

Contudo, a maior mudança radica na relação entre militantes, que praticamente deixou de ser feita através da Comunicação Social e passou a ser estabelecida directamente, com poucas excepções de todos conhecidas e bem localizadas.

Quer revelar-nos que acções estão programadas a curto prazo?

O PS/Porto vai organizar várias iniciativas ao longo do ano de 2007. Começamos com um ciclo de debates sobre as alterações climáticas, passando pelo ciclo de conferências “A Esquerda no Século XXI” que se iniciou já no dia 9 de Março com o professor Vital Moreira e a temática “Governar à Esquerda”, depois será a vez de António Reis abordar “Os Caminhos da Esquerda” e termina no final do ano com o presidente do PS, Almeida Santos.

Será também realizado um ciclo de seminários, sobre a mobilidade, as políticas sociais e a economia.

A Universidade de Verão 2007, que ocorrerá em fins de Junho sob o tema da “A Europa”, será desta vez num município da AMP – Vila Nova de Gaia. Para o mês de Maio está ainda programada a realização da Convenção Distrital.

Na agenda da Federação encontra-se também a vontade de propor às cinco federações do Norte a organização de um seminário sobre o QREN para a região Norte.



De que forma a Federação tem intervindo politicamente relativamente aos graves problemas com que o distrito do Porto se vem debatendo há vários anos?

A Federação tem vindo a acompanhar desde longa data todos os problemas existentes no distrito, quer através das estruturas partidárias concelhias e de base, quer através dos seus eleitos, nomeadamente os deputados e os autarcas.

A esse nível, é de destacar o programa intenso dos deputados do PS-Porto, os encontros regulares e descentralizados da direcção distrital com as estruturas de base e concelhias, bem como as iniciativas de auscultação junto de sectores e personalidades identificadas com a acção política do PS.

Muitas destas actividades resultam posteriormente em propostas de alteração do enquadramento legal, bem como da afectação dos recursos nacionais.

Enquanto presidente da Federação, como avalia o trabalho dos nossos autarcas no distrito?

Têm conseguido manter um bom ritmo de trabalho no terreno, sem no entanto deixar de reconhecer as dificuldades existentes, e que muito condicionam a sua capacidade de resolução dos problemas das populações.

Assistimos hoje a um permanente processo de empobrecimento relativo do Porto e do Norte e, em quase todos os indicadores económicos de desenvolvimento, estamos abaixo da média nacional. Neste contexto, o PS/Porto vai promover um amplo debate envolvendo os principais e mais dinâmicos agentes da região, nomeadamente economistas, empresários e autarcas.

É necessário inverter este cenário. Para isso contamos com todos, mas sejamos claros, os nossos autarcas possuem nesta questão uma palavra muito especial, mas está hoje condicionada pelo facto de a governação autárquica no distrito estar maioritariamente entregue à direita.

Quais os principais problemas que identifica na cidade do Porto e que balanço faz da gestão de Rui Rio à frente da Câmara?

Mais do que apontar os inúmeros problemas sentidos na cidade do Porto, é importante reflectir sobre o porquê da segunda cidade do país estar em declínio político-económico, quando ao mesmo tempo existe um Governo da República que possui a agenda política marcadamente a mais inovadora e a mais reformista da história recente do nosso país.

Lamentavelmente, teremos mais uma vez que pagar a pesada factura do imobilismo instalado no município e que muito se deve à acção pouco motivada de um presidente de Câmara com o espírito e o pensamento noutros voos e noutras latitudes.

Na sua opinião, quais as traves mestras em que deve assen-



“Mais do que apontar os inúmeros problemas do Porto, é importante reflectir sobre o porquê da segunda cidade do país estar em declínio político-económico, quando ao mesmo tempo existe um Governo da República que possui a agenda política marcadamente mais inovadora e reformista da história recente do país”

tar um projecto socialista para a Câmara do Porto?

Deve assentar numa visão reformadora que posicione o Porto e a região envolvente como a mais dinâmica no plano da economia, da cultura, do ensino e da investigação.

Mas não há um projecto para o Porto isolado da sua Área Metropolitana, por isso, o PS tem de apresentar um projecto global para este importante espaço territorial, assente na solidariedade social, na coesão territorial e na competitividade empresarial.

Penso, aliás, que o Porto tem todas as capacidades e um enorme potencial para se transformar numa verdadeira capital das indústrias da criatividade de âmbito

ibérico, nomeadamente ao nível da imensa transversalidade do design na sua ligação intrínseca com a cultura e a economia.

Outro dos campos onde se poderia abrir uma janela de oportunidades é ao nível do “cluster” da Saúde, na sua ligação ensino e economia/indústria.

Que análise faz da nova Lei das Finanças Locais?

Trata-se de uma lei profundamente reformadora e que, conjugada com a limitação dos mandatos, irá contribuir decisivamente para transformar o paradigma do poder local em Portugal.

O reforço dos poderes tributários dos municípios, os novos mecanismos de solidariedade e

de coesão territorial e a promoção da sustentabilidade local, entre outras alterações, abrem um novo ciclo de oportunidades para o poder local e muito em especial para as novas gerações de autarcas e de políticos em Portugal.

Que balanço faz da actividade do Governo ao longo destes dois anos?

Muito positivo, o que aliás é corroborado pelos sistemáticos estudos de opinião, bem como pela opinião avalizada de inúmeros políticos de todos os quadrantes, sem esquecer as opiniões expressas do Presidente da República.

É o Governo que tem a agenda mais reformadora após o 25 de

Abril e é nossa convicção que marcará positivamente Portugal e os portugueses.

E quanto à actuação do primeiro-ministro?

É um líder competente e determinado, que possui uma incontestada coragem política para enfrentar as adversidades e os desafios que se colocam ao país, possuindo, no entanto, um profundo sentido da sua missão aliado a uma visão de modernidade para Portugal.

A sua profunda generosidade leva-o a assumir as causas sociais como fonte primeira das suas preocupações, os problemas ambientais como ponto de partida para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a promoção da igualdade de oportunidades como instrumento para a valorização das pessoas.

Que mensagem gostaria de deixar aos militantes da Federação do Porto?

Estão todos convocados para dar o seu melhor nos debates abertos pelas opções estratégicas do Governo do PS, no âmbito do profundo projecto de transformação nacional, em que o Porto e o Norte constituem pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável e solidário do país.

O nosso objectivo é muito claro, queremos transformar o PS/Porto num partido mais moderno, mais aberto à sociedade, mais capaz e mais interventor na definição das políticas de que Portugal precisa.

Sem pseudocrises ideológicas mas também sem tabus e sem medos, sem dogmatismos e sem euforias excessivas e, sobretudo, sem endeusamentos despropositados, temos de continuar uma agenda política reformista, centrada no desenvolvimento económico, no ordenamento e na coesão territorial, na modernização da economia mas com consciência e sensibilidade social.

O que é ser socialista em 2007, num mundo dominado pela cartilha neoliberal?

É acreditar na política como palco privilegiado para a defesa dos valores da esquerda democrática em que acreditamos e que constituem as bases de um projecto político claro e mobilizador, capaz de nos preparar para enfrentarmos o futuro com confiança, num modelo de igualdade de oportunidades.

É assumir com responsabilidade a necessidade de mudar o destino de Portugal e dos portugueses, combatendo hábitos, interesses e mordomias instaladas; reformando a máquina da Administração Pública; construindo as condições de sustentabilidade necessárias às políticas de segurança social; pensando nas futuras gerações; credibilizando as finanças do Estado e os compromissos assumidos por Portugal junto dos seus parceiros europeus; apostando numa estratégia de atracção de investimento que contribua para a modernização do nosso tecido produtivo, sustentado numa política clara de qualificação dos portugueses.

FERNANDO JESUS, COORDENADOR DOS DEPUTADOS DO DISTRITO DO PORTO: “Governos do PS foram os que mais investiram no distrito do Porto e Região Norte”

O empobrecimento da Região Norte “não é uma fatalidade” e o PS/Porto e os seus deputados tudo farão para dar respostas para a saída da crise, afirmou o deputado socialista Fernando de Jesus, sustentando que os empresários e investidores “têm de repensar a sua estratégia de negócios, direccionando-os para outros segmentos de mercado com maior índice de desenvolvimento tecnológico e modernidade”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Fernando de Jesus considera no entanto “extraordinário” que o “empobrecimento” da região aconteça ao mesmo tempo que conheceu nos últimos anos “um período de ouro” da sua história com a vaga de investimento público registada nos governos de António Guterres e José Sócrates.

Os indicadores socioeconómicos do distrito do Porto e da Região Norte têm-se agravado nos últimos anos. Do seu ponto de vista, a que se deve este empobrecimento da região?

Infelizmente a Região Norte e a Região do Porto têm vindo a perder posição nos índices socioeconómicos das regiões do país, situando-se já atrás da Região do Alentejo, que até há poucos anos era a região mais pobre de Portugal.

Certamente haverá outros factores que explicam a situação a que chegámos, como um tecido produtivo da região caracterizado por estruturas tradicionais, envelhecidas, que não foram capazes de se modernizar no tempo certo para acompanhar os fenómenos do conhecimento e desenvolvimento que nos chegam à escala global.

Mas, o que é extraordinário é registar que este empobrecimento da região acontece ao mesmo tempo que, ao nível das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, requalificação urbana, a região tem conhecido um período de ouro na sua história. Nunca como até aqui, o distrito do Porto e a Região Norte do país foram objecto de tanto investimento público nestas áreas, como nos últimos anos.

Quer especificar melhor esses investimentos?

Sim, claro. Começamos pelo Metro do Porto. Esta obra, que arrancou com muito esforço dos socialistas nas câmaras como Fernando Gomes, à frente da Junta Metropolitana, e António Guterres, como primeiro-ministro em 1996, é hoje uma realidade, de 60 km de rede construída e em funcionamento. O seu investimento até ao momento é superior dois mil milhões de euros.

Outra infra-estrutura que nos orgulha e que é fundamental para o turismo e para a actividade económica da região é o novo aeroporto Francisco Sá Carneiro, uma obra que acaba de ganhar um prémio que nos enche de orgulho. A Asso-

ciação Internacional de Aeroportos atribuiu-lhe o 3º prémio como o melhor aeroporto da Europa, só ultrapassado pelo de Zurique e pelo de Bruxelas. É também uma obra cujo investimento foi superior a 350 milhões de euros.

Mas, se visitarmos as cidades que foram objecto de intervenção e de requalificação Urbana no âmbito do Programa Polis, se quisermos descrever o que aconteceu no domínio das acessibilidades, os investimentos na Região Norte não têm paralelo na sua história. Apenas alguns exemplos: a construção da A11 entre Apúlia (Barcelos), Braga, Guimarães, Vizela, Felgueiras, Lousada, nó da A4 em Castelões (Penafiel); a construção da A7, entre Póvoa/Vila do Conde, Famalicao, Guimarães, Fafe, Arco de Baúlhe, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, que vai ligar à A24 para Chaves; a construção da A27 que liga Viana do Castelo a Ponte de Lima; a A28 (IC1) que liga o Porto a Vila do Conde, Póvoa, Esposende, Viana e Caminha; o IC23, que é um anel do Porto entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo e que recentemente terminou a sua conclusão com a entrada em funcionamento do nó de Barrosa em Vila Nova de Gaia. O troço da A29 em Vila Nova de Gaia, já em funcionamento entre Valadares e o IPI, próximo da Ponte do Freixo; a A24, entre Viseu/Castro Daire/Bigorne/Lamego/Régua/Vila Real e Chaves; a transformação do antigo IP5 em auto-estrada (A25) que liga Aveiro a Vilar Formoso e que veio pôr termo à estrada com maior índice de sinistralidade em Portugal. A A24 entre Viseu/Castro Daire/Lamego/Régua/Vila Real e Chaves.

Não posso deixar de fazer uma referência a um investimento superior de 400 milhões de euros por ocasião da Porto Capital Europeia da Cultura em 2001 nas áreas da Requalificação Urbana, mas também naquilo que é hoje um icon cultural do país chamado Casa da Música. Chamo também atenção para duas



decisões do actual Governo que terão enormes efeitos positivos na Região: a instalação em Braga do Instituto Ibérico de Nanotecnologias e a escolha de Guimarães como Capital Europeia da Cultura em 2012.

Todos estes investimentos públicos a que se devem juntar outros da responsabilidade das autarquias, estão intimamente ligados os dois governos do PS, o de António Guterres e o actual de Jose Sócrates, que foram os que mais investiram no distrito do Porto e Região Norte. Infelizmente, são poucos os casos a que o governo recente do PSD possa ficar associado, tendo-se limitado a dar continuidade ou a travar.

Considera então que, ao nível das acessibilidades, o Porto e a Região Norte estão hoje bem servidos?

Diria que ao nível da conclusão do PRN2000, os principais eixos rodoviários ou estão construídos ou estão em fase de construção. Refira-se, porque é justo, que o distrito de Bragança talvez seja aquele que tem maiores razões de queixa, pois ainda não viu a conclusão das ligações previstas, como o IC2, o IC5 e auto-estrada de Amarante a Bragança em fase de projecto.

Do mesmo modo que no interior nordeste do distrito do Porto, a

zona de Baião e a margem esquerda do Rio Douro, os municípios de Resende e Cinfães ainda não viram concretizada uma ligação absolutamente fundamental para retirar esta sub-região do subdesenvolvimento, que é a construção de ligação de Baião/Ponte da Ermida, sobre o Rio Douro e sua ligação Resende/Bigorne, ligando deste modo esta região da A24 em Bigorne à A4 no nó de Castelões, em Penafiel.

Na sua opinião, o que é que então provocou a situação de declínio que se vive na região?

Como disse atrás, penso que os empresários e os investidores têm que repensar a sua estratégia de negócios e direccioná-los para outros segmentos de mercado com maior índice de desenvolvimento tecnológico e modernidade. Estamos inseridos numa região tradicionalmente dinâmica que provavelmente se deixou ultrapassar pelas mudanças que ocorreram à escala global. Que o próximo QREN seja uma oportunidade para seleccionar os melhores projectos de investimento e o sector económico os saibam aproveitar.

O que é que os deputados do PS Porto poderão fazer para ajudar a região a sair da crise?

Se fosse possível alterar a situação

por decreto já o tínhamos feito, visto que somos titulares de um órgão legislativo! Como não é possível, para além das considerações que já referi na resposta anterior, pensamos que devemos promover um amplo debate na região, convidando para analisar a crise economistas, empresários, autarcas e outros agentes económicos, como operadores turísticos, as universidades, investigadores, e conjuntamente discutirmos durante o tempo que for necessário até que encontremos respostas para a saída da crise.

Penso que o empobrecimento da Região Norte não é uma fatalidade. Por isso, considero fundamental travar este debate. O PS/Porto e os seus deputados tudo farão para dar o seu contributo.

Têm algum fundamento as críticas da oposição segundo as quais há um desinvestimento do PIDDAC para o distrito do Porto?

Nas respostas anteriores quando falei das acessibilidades, requalificação urbana, do Programa Polis, da construção de infra-estruturas aeroportuárias, marítimas, ficou demonstrado que o investimento não é apenas o que consta no PIDDAC.

Como vê a decisão do Governo de só avançar com a construção de novas Linhas do Metro do Porto no segundo semestre de 2009 e de proceder a alterações do modelo de gestão da empresa Metro do Porto?

A obra do Metro Porto é, como já disse, uma obra arrancada a ferros pelos socialistas nas câmaras e depois apoiada pelo Governo do PS em 1996. Numa época em que o PSD esteve no governo entre 1985 e 1995, a atitude que tomou foi afirmar que aquela obra não passava duma megalomania do nosso camarada Fernando Gomes. Depois de muitas vicissitudes, a primeira fase ainda não chegou ao fim (falta terminar a linha da Trofa a partir da Maia – ISMAI), por responsabilidade da Metro do Porto e falta de empenhamento e influência da Câmara da Trofa. Neste momento decorrem negociações entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto para definir o modelo de gestão, a segunda fase, e o calendário das obras. Tudo isto tem a sua complexidade. Vejo por isso esta fase como fundamental para o futuro do Metro do Porto, que foi e será sempre uma obra que só pode avançar com investimento público e o aval do Estado. Por tudo isto, confio no bom senso do Governo e da Junta Metropolitana para que cheguem a um consenso em que só haja um vencedor: os utentes do Metro do Porto.



O PS NO PORTO [www.psporto.org]

FEDERAÇÃO

Presidente

Renato Sampaio

Secretariado

Renato Sampaio
- Presidente da Federação

Afonso Lobão
- Políticas de desconcentração e descentralização do Estado; Administração e Finanças da Federação

Alcino Lopes
- Gabinete Autárquico

Ana Maria Ferreira
- Defesa do Consumidor, Educação e Cultura

André Ferreira
- Assuntos Regionais

Artur Penedos
- Secções Sectoriais e Departamentos Temáticos; Relações com o mundo laboral

Bruno Almeida
- Desenvolvimento Regional e Assuntos Metropolitanos

Fernando Jesus
- Coordenação dos Deputados eleitos no círculo eleitoral do Porto; Obras públicas, Transportes e Comunicações; Associativismo; Coordenador Gabinete de Recepção a Novos Militantes

Fernando Miranda
- Economia Social e Cooperativismo; Associativismo

Glória Araújo
- Relações Internacionais

Isabel Santos
- Porta-Voz; Assuntos Sociais

João Paulo Correia
- Organização e Relações com as estruturas do PS-Porto

José Luís Catarino
- Comércio e Serviços

José Manuel Ribeiro
- Economia, Inovação e Novas Tecnologias

Manuel Pizarro
- Saúde

Otília Areal
- Organização e Relações com a Comissão Política Distrital

Membros que participam nas reuniões do Secretariado

Castro Fernandes
- Coordenador Gabinete Autárquico

Maria de Lurdes Ruivo
- Coordenadora do Departamento Distrital das Mulheres Socialistas

Jorge Miguel Pacheco
- Presidente da Federação Distrital da JS-Porto

Fernando Moreira
- Chefe de Gabinete do Presidente da Federação

Comissão Política

Francisco Assis
- Presidente da Mesa

Abílio Santos
- 1º Secretário da Mesa

Elisa Cidade
- 2º Secretário da Mesa

Alcídia Lopes
Alcino Branco
Alfredo Sousa
Ana Maria Rocha
António Brás
António José Gomes

António Gonçalves
António Mourão
A. Magalhães Dias
António Parada
António Pereira Martins
António Quelhas
Carla Silva
Carla Gonçalves
Carlos Brás
Cláudia Silva
Cláudia Soutinho
César Cruz
Daniel Couto

Diogo Vasconcelos
Eduardo Saraiva
Eduardo Vilar
Emanuel Teixeira
Emília Bessa
Fátima Rocha
Fernanda Almeida
Fernando Amaral
Fernando Oliveira
Fernando Moreira
Francisco Almeida
Ilídio Pereira

Helena Vaz Pinto
Joana Cristina Ferreira
Joana Mafalda Ferreira
João Carlos Azevedo
João Fernandes
João Paulo Santos
Joaquim Gonçalves
Jorge Luís Catarino
José Alberto Sousa
José Moura Pinto
José Azevedo
José Braga
José Júlio Pereira
José Luís Moreira
José Manuel Prata
José Manuel Ribeiro
José Tunes
Luís Gonzaga Freitas
Luís Pedro Martins

Luís Barreto
Marco Martins
M. Fernanda Macedo
Maria José Arcos
Maria Rosa Oliveira
Miguel Ângelo
Nuno Oliveira
Odete Guimarães
Patrocínio Azevedo
Paulo Barbosa
Paulo Lopes
Paulo Silva
Rogério Rocha
Rui Miguel Lopes
Sandra Lameiras
Vítor Boucinha

Luís Cunha
Afonso Paixão
António Ferreira
Carlos Cal Brandão
Pinho Dias
Laura Santos
Nuno Silva

Luís Cunha
Afonso Paixão
António Ferreira
Carlos Cal Brandão
Pinho Dias
Laura Santos
Nuno Silva

Comissão Federativa de Jurisdição

Luís Cunha
Afonso Paixão
António Ferreira
Carlos Cal Brandão
Pinho Dias
Laura Santos
Nuno Silva

Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira

Alfredo Fontinha
António Sousa Pinto
Rocha Rodrigues
Carlos Araújo
Fernanda Amaral

Gabinete Autárquico

Castro Fernandes
- Coordenador
Nuno Oliveira
- Formação
Carlos Ribeiro
- Assuntos Jurídico
Marco Leitão
- Assuntos Jurídicos
Miguel Ângelo
- Assuntos Económicos e Financeiros
Alcino Lopes
- Organização e Logística
José Tunes
- Organização e Logística

Deputados na Assembleia da República

José Lello
- Presidente do Conselho de Administração da Assembleia da República; Comissão de Defesa Nacional

Manuela de Melo
- Comissão de Assuntos Europeus; Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território; Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Alberto Martins
- Presidente do Grupo Parlamentar do PS;

Luísa Salgueiro
- Comissão de Educação, Ciência e Cultura; Comissão de Saúde

Jorge Strecht Ribeiro
- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Trabalho e Segurança Social

Maria José Gamboa
- Comissão de Trabalho e Segurança Social

Renato Sampaio
- Comissão de Defesa Nacional; Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território (CGP)

Marques Júnior
- Membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informação da República Portuguesa; Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Defesa Nacional (CGP); Subcomissão de Administração Interna

Paula Cristina Duarte
- Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Manuel Pizarro
- Comissão de Saúde

Isabel Santos
- Comissão de Trabalho e Segurança Social; Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades

Joaquim Couto
- Comissão de Defesa Nacional; Comissão de Saúde

Maria de Lurdes Ruivo
- Comissão de Assuntos Europeus

Agostinho Gonçalves
- Comissão de Defesa Nacional

Glória Araújo
- Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território

Lúcio Ferreira
- Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional; Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Fernando Manuel Jesus
- Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Joana Lima
- Comissão de Assuntos Europeus

Alcídia Lopes
- Comissão de Assuntos Europeus

Ana Maria Rocha
- Comissão de Assuntos Europeus

Deputados no Parlamento Europeu

Francisco Assis
- Deputado desde Julho de 2004; Membro efectivo da Comissão Parlamentar do Comércio Internacional e suplente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Externos e da Sub-Comissão dos Direitos do Homem; Membro efectivo da Delegação à Comissão Parlamentar Mista União Europeia - Chile e suplente da Delegação para as Relações com os Países da América Central.

Manuel dos Santos
- Deputado desde Julho de 2001; Vice-Presidente do Parlamento Europeu; Membro efectivo da Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários e suplente na Comissão Parlamentar da Indústria e Investigação; Membro efectivo da Delegação para as Relações com os Países do Magrebe e a União do Magrebe Árabe e suplente da Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária Ásia, Caraíbas e Pacífico - União Europeia (ACP-UE).

PRESIDENTES DE C.P. CONCELHIAS

Amarante
Armindo Abreu
Baião
Paulo Pereira
Felgueiras
Eduardo Bragança
Gondomar
Arménio Martins
Lousada
José Santalha
Maia
Fernando Ferreira
Marco de Canaveses
Artur Melo
Matosinhos
Manuel Seabra
Paços de Ferreira
Paulo Ferreira
Paredes
Luísa Mendes Silva
Penafiel
Micael Cardoso
Porto
Orlando Soares Gaspar

Póvoa de Varzim
Renato Matos
Santo Tirso
Castro Fernandes
Trofa
Joana Lima
Valongo
Orlando Rodrigues
Vila do Conde
Mário de Almeida
Vila Nova de Gaia
Eduardo Vítor Rodrigues

JS

Secretariado
Vítor Hugo Santos
Frederico Caranca
Fernando Machado
Bento Lopes
Andreia Oliveira
Eduardo Rodrigues
Pedro Sousa
Miguel Hora
Toninha
Tiago Teixeira
Aldo Ferreira
João Torres
Tiago Marques
Vitor Monteiro
Vitor Almeida
Pedro Rosinhas
Vera Miranda
Tania Rodrigues
Nuno Cruz
Duarte Dias
Sandro
Filipe Carvalho
Bruno Teixeira
Marcelo Campos
Nuno Carvalho
Cardoso
Vania Moreira

Comissão Política

Jorge Miguel Pacheco
Marco Martins
Pedro Sousa
Nuno Carvalho
Jorge Pereira
David Queiros
Maria Lassaete
Carlos Rodrigues
José Carlos Dias
António Pinto
Sandro Machado
Rafaela Teixeira
Dalila Silva
Filipe Teixeira
Alexandre Rosas
Catarina Bezelga
Mariana Geraldés
Sandra Santos
Ricardo Ramon
Rui Aragão
Cristiano Mota
Pedro Moreira
Daniel Neiva
Andreia Soares
Jorge Reis
Sandra Martins
Marco Vides
André Araujo
Marcos Livio
André Pinto
Joel Azevedo
André Rodrigues
Cristina Pereira
Luís Pinto
Mario Almeida
Fernando Silva
Fernando Silva
Paulo Santos

Inês Reis
Pedro Pereira
Pedro Moreira
Cristiano Silva
Estrela Mendes
Pedro Martins
Filipe Castro
Sílvia Rocha
Maria Fátima Silva
Angela Vanessa
Alexandra Gavina

Suplentes

José Gonçalo Marques
Sílvia Pinheiro
Miguel Hora
Vera Miranda
Sandro Rodrigues
Andreia Oliveira
Marcelo Campos
João Torres
Tiago Marques
Eduardo Rodrigues
Sofia Gonçalves
Tania Rodrigues
Pedro Tavares
Pedro Areias
Rui Pedro
José Peixoto
Teresa Gomes
Luís Costa
Remígio Rodrigues
Vania Moreira
Filipe Carvalho
Nuno Cruz
Duarte Dias
Tiago Teixeir
Antónia Alves
Bruno Teixeira
Bento Lopes
Cardoso

MULHERES SOCIALISTAS

Conselho Consultivo

Presidente

Maria de Lurdes Ruivo

Alcídia Oliveira Lopes
Joana Ferreira Lima
Ana Cristina Moreira da Silva
Maria Fernanda Macedo
Otilia Maria Areal
Maria Fátima Rocha
Isaura França
Marina Vaz de Meireles
Maria José Arcos
Maria Emília Beça
Juliana Cardoso da Silva
Maria da Conceição Loureiro
Maria de Fátima Gomes
Maria Luisa Barreto
Maria José Alves da Silva
Sandra Maria Lopes Aparício

Suplentes

Margarida Moreira Paulo Gomes
Maria Irene Santos Coelho
Maria da Conceição Antunes
Maria Fernanda da Silva Luís

Secretariado

Carmen Navarro
Maria Fernanda Rocha
Maria Fernanda Almeida
Odete Guimarães

Reforma da Administração Pública valoriza os recursos humanos



O programa do Governo consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país.

AS MEXIDAS e profundas alterações que o Executivo liderado por José Sócrates está a introduzir ao nível do funcionamento da Administração Pública, passam, entre outros vectores, por novas regras que hão-de ajudar à criação de um renovado quadro quanto às promoções e requalificações dos funcionários.

Segundo o Governo, as mudanças a introduzir, no âmbito da revisão do sistema de carreiras, vínculos e remunerações, vão passar a contemplar, por um lado, a disponibilidade orçamental manifestada por cada serviço, e, por outro lado, a capacidade demonstrada na gestão dos recursos humanos por parte do dirigente do serviço.

De acordo com o Executivo, e no que respeita às remunerações dos trabalhadores da Função Pública, os parâmetros a introduzir determinam que o patamar em que cada funcionário se encontra passa para a posição imediatamente superior, dependendo este gesto das notações obtidas na avaliação do desempenho.

Os princípios inspiradores que orientam as novas regras que o novo regime quer introduzir na gestão do funcionamento da Administração Pública determinam ainda a subordinação a um conjunto de princípios dos quais se destacam o interesse público e igualdade de acesso ao exercício.

Melhorar as regras introduzindo maior justiça

A reforma na Administração Pública surge como um dos passos mais importantes e porventura determinantes em direcção de

uma sustentada modernização do país, assumindo a requalificação dos recursos humanos um papel determinante nesta importante e decisiva reforma.

Como sublinha o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, uma boa gestão dos recursos humanos visa, antes demais, valorizar do ponto de vista profissional os seus trabalhadores, “elemento essencial do funcionamento dos serviços públicos”, mas contribuir também, não só para o desenvolvimento das suas competências, como para ajudar a aumentar a produtividade, designadamente através de uma formação profissional adequada e promovida pela Administração Pública.

Esta reforma visa uma mais ajustada aproximação ao regime laboral comum, respeitando, todavia, as “especificidades da Administração Pública resultantes da prossecução de interesses públicos”, designadamente consagrando garantias de “imparcialidade no exercício de funções”, refere o Governo.

Por outro lado, pretende-se estabelecer as regras e os objectivos de uma manutenção e de uma perspectiva de carreira para os trabalhadores, alicerçados numa evolução que será condicionada pelas necessidades de gestão global dos serviços, mas também sustentada no mérito revelado pelos trabalhadores no desempenho ou por meio da prestação de provas.

Um conjunto vasto de outros princípios orientadores desta reforma perfazem, sem dúvida, um passo em frente, quer no que respeita à necessária moderni-

zação das estruturas da Função Pública, aproximando-a mais das congéneres comunitárias, quer no que respeita a uma mais adequada e justa integração dos seus trabalhadores.

Um dos pontos, quiçá mais mediáticos, que envolvem toda esta importante reforma que o Executivo socialista está a levar em frente, e um dos pontos que mais têm levado o Governo e a Secretaria de Estado da Administração Pública, em particular, a reunir-se com os representantes dos trabalhadores, refere-se à problemática que rodeia a questão das carreiras remuneratórias.

Neste particular, diz o Executivo, os princípios orientadores da reforma dos regimes de vinculação, carreiras e de remunerações na Administração Pública “prevêem a existência de uma tabela remuneratória única” que englobará a “totalidade dos níveis susceptíveis de serem utilizados nas posições remuneratórias de todas as carreiras, gerais ou especiais” dos trabalhadores da Administração Pública.

Quanto às carreiras, o objectivo, segundo esclarece a Secretaria de Estado da Administração Pública, passa por uma redução efectiva do actual número, permitindo, deste modo, a abertura de novas carreiras com “designações e conteúdos mais abrangentes”.

Estas e um conjunto de outras alterações que serão introduzidas com a reforma vão continuar a ser discutidas com os diversos sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública até ao próximo mês de Junho, pretendendo o Governo, após esta data, dar por encerradas as negociações e iniciar o processo de aplicação de uma das reformas que certamente mais vão contribuir para a modernização do país. **R.S.A.**

OPINIÃO



HORTENSE MARTINS
Deputada do PS

Ainda recentemente um estudo do IAPMEI referiu que de 2000 a 2004 as PME criaram oito vezes mais empregos (84 mil postos de trabalho) do que as grandes empresas (10 mil postos), e identificou que no Norte e na Zona Centro as pequenas e médias empresas são as principais empregadoras

ASPMECOMOTORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

AS MICROS, as pequenas e médias empresas são um dos motores da economia portuguesa e grandes responsáveis pela criação de emprego.

Ainda recentemente um estudo do IAPMEI referiu que de 2000 a 2004 as PME criaram oito vezes mais empregos (84 mil postos de trabalho) do que as grandes empresas (10 mil postos), e identificou que no Norte e na Zona Centro as pequenas e médias empresas são as principais empregadoras. Um outro indicador relevante: o volume de negócios realizado pelas PME é sete vezes superior ao gerado pelas grandes empresas.

De realçar ainda o seu peso nas exportações e no volume de negócios nacional.

No entanto, constatamos que no essencial o PSD se limitou a reeditar, em pior, as anunciadas “15 medidas de apoio às pequenas e medias empresas” que já tinham sido apresentadas em 2006, sem grande apoio, agora acrescidas de uma que diz respeito à parte fiscal, mas que também não é nova, nem boa!

As nossas preocupações sobre esta matéria, que o Governo também comunga, estão presentes na Carta Europeia das PME.

E existe já uma Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento e Comité das Regiões sobre “Modernizar a Política de PME na UE para cumprir a Agenda de Lisboa”, que a substituiu; e também convém não esquecer o Plano de Acção do Empreendedorismo, de Novembro de 2005.

Mas, importa é reter, é olhar à acção. São necessárias algumas políticas que estes documentos referem, e isso é o que tem sido feito:

Na nossa visão, apoiar as PME não é incompatível com agir noutros campos, nomeadamente através da dinamização do investimento. O PSD parece querer, através de um incompreensível amnésia, descurar o efeito de arrastamento para o investimento, e para a fixação de PME em determinadas regiões e em determinados sectores, denominando-os de megainvestimentos. Não podemos de todo concordar com esta visão redutora porque também sabemos que aqueles podem ser uma oportunidade de negócio para as PME, quer como fornecedores quer como clientes.

É verdade que a dinâmica das PME é efectivamente muito relevante e esta situação muito se relaciona com a importância do empreendedorismo e da sua promoção, que reputamos de fundamental, e que nos últimos tempos tem sido defendido e realizado.

Quando se compara as políticas dirigidas às PME em Portugal e na Europa, só por “esquecimento” se admite que nada seja dito no que respeita ao último relatório sobre a matéria (BEST da DG Enterprise) da Comissão Europeia, em que o Sistema de Garantia Mútua aparece como um caso de referência.

E temos ainda os casos da criação da Empresa na Hora e da Marca na Hora, que estão ao nível das melhores práticas. Ainda recentemente, em Dezembro de 2006, o projecto Empresa na Hora foi galardoado com o Prémio Europeu de iniciativa empresarial.

Desde o início do projecto (em Junho de 2005 e até Fevereiro 2007) já foram constituídas 22.113 empresas na Hora.

Portugal subiu no “ranking” geral ao nível da “facilidade em fazer negócios”.

Os Centros de Formalidades Empresariais, assim como as medidas no sentido da desburocratização e da desmaterialização dos procedimentos administrativos, são vistos como muito úteis à vida das empresas.

Não é possível continuar a querer insistentemente ignorar tudo o que está feito, e dizer-se que o Governo só tem uma política dirigida aos grandes. Isto só pode ser designado por má fé ou pelo crescente afastamento entre o PSD e a realidade do país!

Já somos reconhecidos até internacionalmente pela adopção de algumas das melhores práticas. Com certeza há ainda muito a fazer, mas finalmente Portugal está a dar passos rápidos e seguros para colmatar o imobilismo de anos nestas matérias.

EUROPAN IRÁ PROPORCIONAR A SANTO TIRSO PROJECTOS DE QUALIDADE



SANTO Tirso fez a apresentação do seu "sítio" de concurso na European, no passado dia 26 de Março, em Lisboa, na sede da Ordem dos Arquitectos Portugueses. De salientar que a apresentação de Santo Tirso, que com Loures e Odivelas, completa o painel de locais portugueses a concurso, foi muito apelativa, chamando a atenção sobre as qualidades naturais do lugar de projecto. Não é também indiferente para os concorrentes a localização da cidade no Norte de Portugal e num território em que arquitectura de qualidade começa a conquistar um papel decisivo na definição da sua imagem de marca.

O concurso European irá proporcionar a Santo Tirso projectos de qualidade para o Vale da Ribeira do Matadouro. Projectos que devem ser orientados para a definição

das fronteiras entre rural e urbano, reintegrando terrenos esquecidos pela cidade para novas funções urbanas. Para além da excelente localização e qualidade natural da área, o concurso torna-se mais interessante pela sua grande possibilidade de concretização, já que na sua maioria os terrenos escolhidos para o projecto são de propriedade municipal.

Santo Tirso lidera neste momento o número de inscrições no concurso ao nível nacional e está acima da média europeia. No próximo dia 11 de Abril vai ser assinado, no salão nobre dos Paços do Concelho de Santo Tirso, o protocolo de adesão da Câmara Municipal à associação European Portugal. O arquitecto Nuno Portas estará presente nesta sessão onde será reeditada a apresentação feita em Lisboa.

ENCONTRO DE AUTARCAS SOCIALISTAS DO BAIXO ALENTEJO

O CINE-TEATRO Caridade, em Moura, vai ser palco, no próximo dia 14 de Abril, do Encontro Distrital de Autarcas Socialistas, uma iniciativa da Federação do Baixo Alentejo do PS.

A sessão de abertura, com início às 14h30, contará com as intervenções do secretário nacional para as Autarquias do PS, Miranda Calha, do presidente da Federação do PS/Baixo Alentejo, Luís Ameixa, e do presidente da Concelhia socialista de Moura, Álvaro Azedo.

Neste encontro estarão em debate o painel "Abastecimento de Água e Saneamento", que terá como oradores António Camilo e Jorge Pulido Valente, e o painel "A Nova Lei das Finanças



Locais", que contará com a participação do secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita e de Isabel Cabaço Antunes.

Os trabalhos encerrarão com uma intervenção do secretário nacional do PS para a Organização, Marcos Perestrello.

PS/PORTALEGRE PROMOVE FÓRUM SOBRE O QREN

A COMISSÃO Política de Portalegre do PS organiza no próximo dia 31 de Março, no auditório da Escola Superior de Educação, um Fórum sobre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Plano Director Municipal (PDM), que está neste momento a ser alvo de grande contestação dos socialistas e de grande parte da população.



Executivo PSD desmoronou-se por completo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

EM POUCO mais de um mês, a equipa do PSD responsável por liderar os destinos do concelho e reeleita há cerca de um ano para mais um mandato na Câmara Municipal de Mangualde, "desmoronou-se por completo", afirma a Concelhia do PS/Mangualde, lembrando que desde que tomou posse, há dez anos, a maioria laranja tem lançado este concelho beirão "na estagnação" e a população "tem sentido um acentuado retrocesso nas suas condições de vida".

Quanto aos últimos acontecimentos, a Concelhia do PS/Mangualde afirma que o pedido de suspensão de mandato de um vereador, a demissão do vice-presidente por parte do presidente da Câmara de Mangualde e a conferência de Imprensa do ex-vice-presidente na qual proferiu acusações muito preocupantes

acerca da gestão do município nos últimos dez anos, bem como a sucessiva fuga do presidente da autarquia à prestação de esclarecimentos em duas reuniões de Câmara e a sua ausência à última Assembleia Municipal, "deixaram os funcionários municipais, os autarcas de todas as freguesias e todos os mangualdenses sem as explicações devidas".

Em comunicado assinado pelo seu presidente João Azevedo, que é também vereador na Câmara, a Concelhia do PS considera que "estes sinais de profunda desunião, desorientação e suspeição" são fruto da "total ausência de liderança" que se vive na Câmara Municipal de Mangualde e "representam o culminar de erros e intrigas que se foram sucedendo no tempo".

Ao invés da balbúrdia e ausência de projecto que reina no Executivo camarário do PSD, os socialistas de Mangualde garantem "um projecto de desenvolvimento e



rigor", salientando que serão coerentes com o trabalho que têm vindo a desenvolver. "Provamo-lo com as nossas propostas, não com lugares a preencher", referem.

E sublinham que têm da actividade política "uma ideia de serviço aos cidadãos. Tranquilo mas enérgico, com autoridade e nunca autoritário, solidário mas exigente", no quadro de um projecto de desenvolvimento sustentado que garanta aos mangualdenses um futuro com mais qualidade de vida. J. C. C. B.

Descentralização e nova geração de políticas para as autarquias

PROMOVIDAS pelo secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, têm vindo a ser realizadas várias reuniões com a comissão directiva da ANA/PS, em que têm sido abordadas várias questões de interesse para a política autárquica, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento e ordenamento do território, bem como à nova geração de políticas nas áreas da educação, saúde e acção social que resultam da aplicação da nova Lei das Finanças Locais.

Como é do conhecimento público, vários autarcas da direcção da ANA/PS, que apoia o processo de descentralização e transferência de competências, integram os grupos de trabalho da ANMP que têm vindo a debater com o Governo esta problemática.



Ciclo “Pensar no presente, projectar o futuro” regressa em Abril e Maio

NO ÂMBITO do ciclo “Pensar no presente, projectar o futuro”, realizam-se, em Abril e Maio, um conjunto de debates organizados pelo deputado Marcos Sá, que visam reflectir e analisar os temas que marcam a agenda do nosso país e, ao mesmo tempo, ajudar a construir no concelho de Oeiras um PS mais forte, dinâmico e actuante.

Assim, no próximo dia 11 de Abril, pelas 21h30, o vice-presidente do Gupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, deputado Ricardo Rodrigues, analisará as questões relativas ao “Combate à Corrupção”,



na Secção de Linda-a-Velha.

No mesmo horário, mas no dia 17 de Maio, desta feita no auditório da Assembleia Municipal de Oeiras, as “Políticas Públicas de combate às Alterações Climáticas” estarão no centro de uma discus-

são que contará com as intervenções do secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, e de Ramos Preto, presidente da comissão parlamentar de Ambiente.

Refira-se que, no âmbito do primeiro ciclo destes debates foram abordados temas da maior actualidade e indiscutível importância, como a reforma da Justiça, Segurança Social e da Educação, bem como o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a Europa e a Lei das Finanças Locais. **M.R.**

Junta de Santo Condestável esclarece novo regime de protecção no desemprego

COM o objectivo de informar a população sobre os termos do protocolo de colaboração estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e as freguesias do país, decorreu, no passado dia 29 de Março, uma sessão pública de esclarecimento no auditório da Junta de Freguesia de Santo Condestável, Campo de Ourique, que contou com a presença do vice-presidente IEFP, Alexandre Rosa.

Recorde-se que a Junta de Freguesia de Santo Condestável foi



uma das freguesias da cidade de Lisboa que subscreveram o referido protocolo, neste caso específico com o Centro de Emprego de Alcântara, para acompanhamento dos beneficiários de protecção no desemprego na sua área de influência, nomeadamente, no cumprimento do dever de apresentação quinzenal previsto no novo regime legal.

De destacar ainda que esta iniciativa do PS incluiu também uma abordagem ao Novo Regime de Protecção no Desemprego. **M.R.**

MONTIJO APOIA OPÇÃO PELA OTA

A AUTARQUIA do Montijo reafirma o seu apoio à decisão do Governo de construir o novo aeroporto de Lisboa na OTA, manifestando-se desfavorável a qualquer uma das soluções propostas para a margem sul do Tejo.

Numa declaração feita em reunião de Câmara no passado dia 28 de Março, a autarca socialista Maria Amélia Antunes invocou preocupações de carácter nacional para sustentar a recusa do Executivo montijense em “embarcar em soluções peregrinas de última hora”.

“Para a Câmara Municipal do Montijo não são os exclusivos interesses económicos locais que nos levam a optar por qualquer localização no concelho ou na Península de Setúbal”, clarificou a edil, antes de vincar que estão em causa as reservas naturais, o montado de sobro, a reserva agrícola nacional, o colonato de Pegões, o aquífero subterrâneo da Península de Setúbal, isto é, “valores ecológicos, culturais e sociais que ultrapassam a importância local e regional”.

“A OTA, mesmo comportando riscos e possuindo pontos fracos, é, apesar de tudo, a melhor solução para Portugal e os portugueses”, concluiu a presidente da autarquia montijense. **M.R.**



OPINIÃO



MARIA MANUEL OLIVEIRA
Deputada do PS

Os portugueses têm fortes motivos para “crer”, para confiar de novo naqueles que escolheram para tomar as rédeas do país. E porquê? Porque observam, verificam, tomam consciência de que o esforço que lhes foi pedido, afinal, valeu a pena, não foi em vão

O PS SABE GOVERNAR!

E contra factos, não houve argumentos... muito menos os do PSD...

O DEBATE mensal com o primeiro-ministro, que decorreu na Assembleia da República, no passado dia 21 de Março, foi um debate para “português crer” e “para português ver”, permitam-me que subverta aqui a máxima popular, em nome, da verdade dos factos.

E foi para “português crer”, porque, mais uma vez, o primeiro-ministro, José Sócrates, mostrou como deve ser governado um país, com rigor e seriedade, apresentando resultados concretos e irrefutáveis sobre a consolidação das contas públicas, não como condição *sine qua non* para o crescimento da economia do país, mas, obviamente, como condição necessária.

Os dados revelados pelo INE provam que o défice orçamental, em 2006, foi de 3,9 pontos percentuais, muito aquém da já exigente previsão do Governo, que era, como se sabe, de 4,6 pontos percentuais. E não só foi reduzido o défice, como também foi reduzida a despesa pública primária em percentagem do PIB, nos últimos trinta anos, num valor de 1,7 pontos percentuais.

Mesmo em face destes resultados animadores, o primeiro-ministro foi peremptório em não criar falsas expectativas aos portugueses, ao abdicar de um qualquer populismo e, com a frontalidade que lhe é peculiar, dizer que o caminho traçado pelo Governo é o caminho certo, mas que as dificuldades continuam a existir e, por conseguinte, muito trabalho há a desenvolver para tirar Portugal do “logro” que é o de um país endividado. É que um país endividado é um país “subjugado”! E não é isso que se quer para Portugal.

Pese embora a redução para 3,9 por cento no défice orçamental seja um resultado positivo, o primeiro-ministro reforçou a ideia de que folgar – termo utilizado pelo próprio – não é um acto responsável se se pretende, efectivamente, consolidar as contas públicas; pelo contrário, há que manter o rumo traçado, que se traduz em duas palavras-chave: rigor e contenção.

Aos portugueses atribuiu o primeiro-ministro o mérito dos bons resultados alcançados, porque foi aos portugueses que se pediu um esforço redobrado e foram os portugueses que corresponderam a essa solicitação, o que indicia uma viragem, no que respeita à forma como têm sido encarados os governos e as permanentes promessas não cumpridas...

Os portugueses têm fortes motivos para “crer”, para confiar de novo naqueles que escolheram para tomar as rédeas do país. E porquê? Porque observam, verificam, tomam consciência de que o esforço que lhes foi pedido, afinal, valeu a pena, não foi em vão. E que há um Governo que promete e cumpre, um governo que zela por todos nós.

Bem, mas o debate mensal de 21 de Março serviu também para “português ver”. E ver o quê? Ver o quão pobre e demagógica é a argumentação dos partidos da oposição, com especial realce – pela negativa, já se vê! – para o discurso do líder do PSD, Marques Mendes. Foram caóticas as suas intervenções! Ouviram-se afirmações paradoxais, incoerentes, esvaídas de sentido, quando comparadas com posições públicas assumidas num passado recente ou, se quisermos retroceder no tempo, quando comparadas com decisões tomadas enquanto membro do Governo.

A perda da noção de responsabilidade e de sentido de governação que o deputado Marques Mendes tem vindo a demonstrar evidência à sociedade – e para “português ver” – que quem sabe governar e defender os interesses dos portugueses é o Partido Socialista, porque toma as decisões mais prudentes e implementa as medidas certas em prol de um Portugal moderno e credível à escala europeia.

E contra factos não houve argumentos! Por isso, sem demagogias se afirma que o Partido Socialista é o único que sabe criar as condições necessárias para que as gerações vindouras encarem o futuro com optimismo e com um brilho especial no olhar.

Um forte aplauso, senhor primeiro-ministro!

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- 2. Transferência bancária**
Conta:
Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES
Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE
20132
REFERÊNCIA
0000...+N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal:
Semestral - **12,00** eur; anual - **24,00** eur
Quota reduzida:
Semestral - **6,00** eur; anual - **12,00** eur

Contamos consigo!



Linha Azul
808 201 695

OPINIÃO



JOANA NEVES
Coordenadora da Secção
Temática do Turismo do
Partido Socialista

Conceitos como "lugar" ou "local" assumem cada vez maior significado, uma vez que se trata de instâncias com crescente capacidade de atrair investimento com consequente desenvolvimento económico

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL E LOCAL

REALIZAR um debate público sobre a temática do desenvolvimento turístico regional e local poderá para muitos constituir uma banalidade, como o será reafirmar que o turismo é uma ferramenta poderosa de desenvolvimento territorial. A verdade é que se trata de uma matéria pouco estudada e debatida e, não raras vezes, tratada de forma superficial, seja ao nível do planeamento, seja ao nível das próprias políticas públicas.

Foi no sentido de auscultar quem no dia-a-dia se confronta no terreno com as realidades concretas do turismo, nomeadamente autarcas, empresários, investigadores, profissionais da actividade turística e demais actores a esta relacionados, que a Secção Temática do Turismo realizou o seu primeiro debate público, no dia 17 Março, uma iniciativa com o apoio da FAUL. Refira-se que este evento ocorreu numa conjuntura em que se redesenha o novo mapa da gestão territorial do turismo, o qual não se pode dissociar da política económica moderna e progressista que o Governo socialista tem vindo a implementar.

Para o incontornável sucesso da iniciativa, comprovado pelas dezenas de e-mails e de SMS recebidos, contribuiu indubitavelmente a relevância intelectual e profissional dos oradores e comentadores convidados, designadamente os professores Alejandro López López da Universidade Complutense de Madrid, Augusto Mateus, do ISEG e ex-ministro da Economia, Fonseca Ferreira, presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Silva, presidente da Região de Turismo da Rota da Luz (Aveiro), assim como de todos os participantes em geral.

Entre as várias ideias-chave deste debate, merecem ser sublinhadas as lições que a globalização económica contemporânea tem ditado e que evidenciam o facto dos lugares e dos territórios não sobreviverem isolados. Na verdade, as fronteiras administrativas estão irremediavelmente unidas pelos vários sistemas naturais e humanos. Deste modo, mais importante que definir linhas de fronteira administrativa entre regiões turísticas, é destacar o papel que os actores de proximidade têm no espaço turístico concreto, intervindo, partilhando conhecimento e interagindo com os demais parceiros. Deverão, assim, ser deixadas ao mercado as funções que lhe estão cometidas e erradicar caminhos protecção de pequeníssimos interesses paroquiais. Conceitos como "lugar" ou "local" assumem cada vez maior significado, uma vez que se trata de instâncias com crescente capacidade de atrair investimento com consequente desenvolvimento económico. É à luz desta realidade que a figura de "agente de desenvolvimento turístico" toma peso, cuja missão é ajudar um território a conceber-se do ponto de vista empresarial, cumprindo, deste modo, uma das maiores aspirações e ensejos dos poderes locais.

Como corolário da discussão, merece destaque a necessidade de maior sensibilização dos vários actores do turismo, de forma a uma mais alargada concertação de vontades e de objectivos, com vista ao alcance dos desafios do desenvolvimento regional e local, bem como um melhor aproveitamento dos recursos previstos no QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.



Turismo é um sector estratégico



RUI SOLANO DE ALMEIDA

“O TURISMO é parte da economia. Não uma actividade para ser analisada à parte ou isolada do contexto económico. Representa uma vasta cadeia de valores que se interliga com o projecto global de desenvolvimento do país”. A ideia foi expandida por Augusto Mateus, ex-ministro da Economia e professor do ISEG, um dos intervenientes no debate “Turismo no Desenvolvimento Local e Regional: Novos Desafios”, organizado pela Secção Temática do Turismo do Partido Socialista, que tem como secretária-coordenadora Joana Neves. O evento contou com a presença de Marcos Perestrelo, secretário nacional para a Organização, e do deputado socialista Maximiano Martins, presidente da Mesa da referida Secção e que teve sob sua responsabilidade a moderação do debate.

Para além de Augusto Mateus, participaram ainda Alejandro López López, da Universidade Complutense de Madrid, especialista em turismo e destacado militante do PSOE, tendo os comentários ficado a cargo de Fonseca Ferreira, presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) de Lisboa e Vale do Tejo e de Pedro Silva, presidente da Região de Turismo da Rota da Luz (Aveiro).

Alejandro López López, na sua intervenção, destacou a importância da actividade turística enquanto oportunidade estratégica para os territórios, sublinhando que nas diversas fases de produção da actividade deverão ser envolvidos todos os actores públicos e privados, para que em conjunto com a população local seja possível a liderança de alianças estratégicas. A formação dos recursos humanos e a figura do “agente de desenvolvimento turístico” foram também considerados peças-chave na cadeia de valor entre os poderes públicos e os actores socioeconómicos do território, assim como a criação de infra-estruturas científicas à escala local, as quais em sua opinião “permitiriam a mediação e a avaliação dos factores que incidem no desenvolvimento do território”.

Augusto Mateus, por sua vez,

acentuando a importância do turismo para a economia nacional, não deixou de referir algumas particularidades que, na sua perspectiva, devem ser sublinhadas.

Desde logo, disse, “não há diferenciação entre destinos sem território”, para depois afirmar que “não se deve falar em sector turístico, mas antes em actividade turística”, já que o importante é a actividade no sentido temático, referindo mesmo Augusto Mateus, “que até os governos deveriam ser temáticos”.

Para este reputado especialista, a atractividade deve ser entendida “como o princípio básico em turismo”, pois não basta ter recursos físicos, “há que haver alojamento, restaurantes, animação, percepção positiva dos turistas”, entre outros factores.

Durante mais de três horas o tema mereceu, quer da parte dos oradores que integravam a mesa, quer da vasta plateia que compareceu ao encontro, uma discussão acalorada sobre a problemática do desenvolvimento regional e local do turismo, face aos novos desafios imprimidos pela nova territorialização de políticas e de recursos e pelas novas exigências colocadas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007/2013.

A ideia comum que trespassou das diversas intervenções, mesmo estando o turismo a passar, como tantas outras áreas económicas em Portugal e na União Europeia (UE), por processos profundos de transformação, é que este sector económico, não é só vantajoso para os territórios onde está implantado, mas que pode e deve representar, como defendeu Joana Neves, uma arma importante para o conjunto de todo o país tendo em vista o seu desenvolvimento sustentado.

De facto, como recordou Joana Neves, o turismo representa já hoje uma das actividades mais dinâmicas da nossa economia, onde se têm vindo a registar sucessivos aumentos na procura, aguardando-se que em 2020 o país venha a acolher fluxos turísticos substancialmente superiores aos assinalados em 2006.

Para Augusto Mateus, se é verdade que o turismo representa, desde há muito, uma fatia importante da

nossa economia, também se afigura evidente que a não definição de prioridades, ou o excesso de objectivos, “constitui um perigo” que poderá resumir-se “numa tremenda ineficácia”, facto que nos obriga, em sua opinião, a escolhas muito claras. Refere, ainda, que dos muitos caminhos que a economia pode e deve seguir, o protecçãoismo “não se apresenta como solução”, porque, mesmo que reduzido, “não constitui caminho de sucesso num mundo global”.

O importante, disse, é Portugal apostar naquilo que melhor sabe fazer e onde apresenta índices mais eficientes, o que implica que “cada país saiba construir a sua própria agenda”, já que nesta perspectiva, defendeu, “as chamadas agendas globais poderão não ter qualquer utilidade”.

Aconselhando a que o país deixe de ter medo, por um lado, da globalização, e, por outro, “do aprofundamento da democracia”, Augusto Mateus defendeu que se deve partir para uma governação descentralizada, em que actores regionais tenham um papel activo, “mas onde o mercado também cumpra a sua função” e não seja enviesado “em nome de pequenos interesses paroquiais”.

Também para o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) de Lisboa e Vale do Tejo, Fonseca Ferreira, é na área do turismo que no futuro se baseará o desenvolvimento da economia do país, não deixando todavia de alertar para o facto de, “como em tantas outras áreas da economia”, também este sector se debater com um ciclo de vida próprio.

Para o responsável pela CCDR, turismo sem ordenamento do território não existe, recomendando que a sustentabilidade do sector passe igualmente por uma forte aposta na formação profissional dos vários agentes ligados a esta área económica. Pedro Silva, presidente da Região de Turismo da Rota da Luz, corroborando as ideias de Fonseca Ferreira, sublinhou ainda a importância da proximidade para a actividade turística, para a competitividade dos destinos e consequentemente para o desenvolvimento regional e local.

Nações Unidas reclamam maior eficácia na gestão dos recursos hídricos



A PREOCUPAÇÃO com os recursos hídricos e com toda a problemática que envolve a sua gestão constitui hoje, sem dúvida, uma das principais prioridades das agendas de qualquer governo responsável.

O assunto reveste-se, no entanto, de um acrescido interesse quando analisado num contexto mais actual de indesmentível impacto das alterações climáticas e de fenómenos extremos que cada vez com maior frequência vão acontecendo.

Pela importância que o tema deve merecer, quer da parte dos governos, quer das mais variadas organizações internacionais, quer ainda da parte das populações, as Nações Unidas decidiram declarar, há 15 anos, através de uma resolução, 23 de Março como o Dia Mundial da Água.

Este ano o tema escolhido aborda a escassez de água, assunto que irá merecer, por parte da presidência portuguesa da União Europeia, uma atenção especial, já que o assunto assume um impacto ao nível europeu redobrado tendo em vista as tão discutidas alterações climáticas.

Como referiu o deputado do Partido Socialista, Marcos Sá, Portugal está fortemente empenhado em conceder a esta questão “uma dimensão europeia”, porque “não existe uma estratégia comum que analise esta problemática específica”, de modo a promover a “troca de experiências e uma

abordagem inovadora”.

A Comissão Europeia (CE), recorde-se, a este propósito, prevê apresentar para discussão, durante o segundo semestre de 2007, no decorrer da presidência portuguesa da UE, uma comunicação onde abordará as principais causas da escassez de água ou as razões porque em determinados períodos do ano se instala a seca.

Neste documento está ainda previsto que a CE apresente igualmente algumas soluções tendo em vista uma mais equilibrada gestão da água, assim como vai recomendar o aumento da eficácia no uso da água em todos os sectores, incluindo a agricultura, indústria, turismo e rotina doméstica.

Finalmente, serão também propostos caminhos para o desenvolvimento de políticas mais adequadas no que concerne aos tarifários da água.

A aprovação, em Junho de 2005, pelo actual Governo, da Lei da Água, recorda o deputado do PS, reveste-se, pela actualidade do tema, de um marco fundamental para estabelecer as bases para uma “gestão sustentável da água e enquadramento do respectivo sector”.

Uso eficiente da água

Portugal dispõe já de um importante instrumento que visa promover o uso eficiente dos recursos hídricos. Trata-se do Programa Nacional para o Uso

Eficiente da Água (PNUEA), documento aprovado em Conselho de Ministro em 2005 e que, entre outros aspectos, estabelece a necessidade de todos os sistemas públicos de abastecimento assumirem como principal preocupação o objectivo de reduzir as perdas de água, capítulo que deve merecer particular ponderação no consumo total, recorda Marcos Sá, “em muitos sistemas de abastecimento do país”.

Para poder ir ao encontro do que determina o PNUEA, torna-se necessário, como defende o deputado do PS, que sejam implantados, pelas diversas entidades gestoras, programas de detecção, localização e eliminação de perdas resultantes de fugas, roturas e extravasamentos do sistema, nomeadamente ao nível das tubagens e das respectivas juntas que constituem a rede pública de distribuição, atitude que, sublinha, “deverá ser uma das principais bandeiras de qualquer sistema de abastecimento de água amigo do ambiente”.

Para além das responsabilidades que cabem aos diversos operadores que actuam nas redes públicas de distribuição de água, também cada cidadão, para além do direito que lhe assiste de poder usufruir de água em boas condições, tem a responsabilidade e o dever de a saber preservar, “utilizando-a de maneira consciente, sem desperdícios, dando-lhe, deste modo, o devido valor”. R.S.A.

OPINIÃO



MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS

Fazer do 12º ano o referencial mínimo de qualificação é um objectivo central para o nosso futuro colectivo. É a partir deste patamar mínimo que se está a fazer a competição na actual economia global

UMA NOVA OPORTUNIDADE – UM DESÍGNIO

DESDE a primeira hora que o Governo do Partido Socialista assumiu as qualificações dos portugueses como uma questão central da sua acção política. O Programa Novas Oportunidades é um instrumento e o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, o suporte de um investimento no capital humano. As medidas na área da Educação e da Formação Profissional vão nesse sentido, existindo uma coordenação entre os dois ministérios que tem vindo a dar os seus frutos. Prova disso é o número de Centros Novas Oportunidades abertos e que já ultrapassou todas as metas previstas. Foram abertos 270 Centros em todo o país, uma parte deles a conferir o grau do 12º ano. A qualificação de um milhão de portugueses até 2010 está no centro deste desafio. Um desafio exigente que não poderemos perder. Não temos o direito de desperdiçar esta oportunidade, correndo o risco de uma avaliação negativa da própria história.

Trata-se de uma oportunidade para os jovens – exemplo disso é a prioridade para as vias tecnológicas e vias profissionalizantes, mas também uma oportunidade para os adultos. Houve muitos portugueses que por diversas razões entraram precocemente no mercado de trabalho, deixando o sistema formal de ensino sem o terem concluído, mas que ao longo da sua vida conquistaram competências em meio informal, desde logo no seu emprego. Do que se trata agora é dar uma nova oportunidade, no âmbito da qualificação e da formação, reconhecendo aquilo que aprenderam em contextos diversos. É isto que está a ser proposto.

É possível encontrar vários constrangimentos na sociedade portuguesa como resposta para algum do atraso relativo à média dos nossos parceiros europeus. Mas há um que é recorrente em todos os índices europeus. As qualificações médias da população activa que nos atiram para patamares insuficientes, tendo em conta a média europeia e mesmo a de alguns países do último alargamento (8,2 anos de média de anos de escolarização da população adulta portuguesa, contra os 12 anos da média dos países da OCDE).

Importa realçar que nos anos de democracia e de integração europeia foram dados passos enormes nesta matéria, mas a base de partida era demasiado distante e os nossos parceiros continuaram, naturalmente, a fazer o seu caminho.

Fazer do 12º ano o referencial mínimo de qualificação é um objectivo central para o nosso futuro colectivo. É a partir deste patamar mínimo que se está a fazer a competição na actual economia global. Portugal não pode ambicionar menos do que os outros países. Deve ser um desígnio nacional, assumido por todos os agentes, públicos e privados. Importa que tenhamos consciência que hoje os jovens ou adultos com menores qualificações têm maior dificuldade em entrar (ou reentrar) no mercado do trabalho e, sobretudo, têm um valor remuneratório inferior aos que completam o seu percurso escolar. Em Portugal, mais do que na maioria dos países da OCDE, o aumento da escolaridade tem um reflexo directo no salário de cada trabalhador e o tempo médio de desemprego e a severidade do mesmo é menor nos indivíduos com maiores qualificações profissionais e escolares.

Este combate, pois é de um combate que se trata, só pode ser vencido pelos portugueses, pelo nosso esforço e determinação. As metas são ambiciosas mas atingíveis. Sente-se um entusiasmo em vários sectores da sociedade portuguesa, desde logo nos principais interessados. Qualquer visita a uma empresa ou a uma entidade formadora é suficiente para perceber a vontade com que muitos portugueses, com um enorme esforço pessoal, fazem para concluir a sua formação. Também as associações empresariais e sindicais, as empresas, as autarquias, os diversos parceiros imprimem uma dinâmica que importa realçar. Já foram assinados mais de 350 protocolos com empresas e instituições nacionais e o alargamento da certificação de competências ao 12º ano está já a dar os primeiros passos com sucesso.

Num mundo global e mais exigente do que no passado, o sucesso da nossa economia está dependente do capital humano, do conhecimento que seremos capazes de gerar e das competências de cada um.

Com a implementação do Programa Novas Oportunidades o Partido Socialista ficará ligado a um salto qualitativo na sociedade portuguesa, correspondendo a um aumento das capacidades económicas do país, mas muito especialmente na melhoria das competências sociais e de cidadania, com mais justiça e equidade. Enfim, mais democracia.

Em 2008 o défice português ficará abaixo dos 3 por cento

RUI SOLANO DE ALMEIDA

“UM ESTADO endividado e com as suas contas em défice permanente é um Estado que limita a própria democracia”. Foi esta a ideia que José Sócrates transmitiu ao país, quando levou à apreciação do Parlamento a consolidação das contas públicas para tema do debate mensal.

Pela primeira vez em décadas, lembrou o primeiro-ministro, o défice orçamental português e a despesa pública baixaram ao mesmo tempo que a economia conheceu uma subida. Há mais de trinta anos que este cenário não sucedia.

De facto, o défice, que o Governo já tinha conseguido reduzir em 2005 dos projectados 6,83 por cento para 6 por cento, baixou agora, de novo, de 6 para 3,9 por cento, um valor de défice inferior aos 4,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), definido como objectivo para 2006, quer no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) entregue pelo Governo português em Bruxelas, quer pelo próprio Orçamento de Estado (OE).

Para José Sócrates, estes bons resultados agora apresentados ao país, se, por um lado, significam que “estamos a andar mais depressa para podermos chegar mais cedo ao fim do caminho”, por outro lado, defendeu, não permitem a “irresponsabilidade de interromper o processo de consolidação orçamental”, que prevê que Portugal possa agora atingir um défice de 3,3 por cento no final de 2007. Ou seja, menos quatro pontos percentuais do que o previsto no PEC.

O primeiro-ministro quis assim contrariar a tese defendida pelo maior partido da oposição que vê nestes sinais de melhoramento das contas públicas uma oportunidade para uma imediata redução da carga fiscal.

Para o chefe do Governo e líder do PS, esta proposta, feita publicamente pela maioria dos partidos da oposição, com o PSD em destaque, não passa de uma “enorme irresponsabilidade política”, lamentado o primeiro-ministro que, logo que foram tornados públicos estes bons resultados, tivesse “emergido em Portugal” uma nova teoria económica a que chamou de “teoria da folga”.



Com efeito, disse, “a ideia impressionante”, sobretudo pela “sua simplicidade”. Se o Governo reduz a despesa e consegue que o défice fique abaixo da meta fixada, acentuou José Sócrates, “então o líder do PSD acha que é altura de propor uma redução imediata dos impostos” cenário que na perspectiva do chefe do Executivo, ajudaria a breve trecho a que “tudo voltasse ao normal”, ou seja, “a que o défice voltasse a subir outra vez como tem sido usual nestes últimos trinta anos”.

A oposição navega à vista

Estes resultados apresentados pelo Governo são já do conhecimento de Bruxelas, tendo merecido, por parte do comissário europeu para os Assuntos Económicos, Joaquín Almunia, um rasgado elogio, recomendando, todavia, o dirigente da UE, que o ritmo de contenção não abrande, uma vez que, como defendeu, “o défice português ainda se encontra acima dos 3 por cento exigidos por Bruxelas”.

Para Sócrates, estas palavras vêm, não só de encontro à sua tese, como, por outro lado, confirmam que a estratégia do Governo está a ir no

bom caminho, ao invés das análises e “previsões catastrofistas da oposição” agora largamente desmentidas pela frieza dos números.

O primeiro-ministro lembrou a propósito a ideia defendida, em finais de 2005 pela oposição, de que o OE para 2006 tinha pés-de-barro, que estava assente em pressupostos errados e que o Governo teria que se ver na obrigação de apresentar um Orçamento rectificativo.

Tese, lembrou o chefe do Executivo socialista, que se veio a provar estar, não só “completamente errada”, como constituir um absurdo.

De facto, recorde-se, ainda em Setembro a oposição dizia que a derrapagem na despesa pública era 12 vezes superior ao que estava no Orçamento e que a despesa do aparelho de Estado estava descontrolada. A análise, lembrou, como agora se prova pelos dados tornados públicos, estava errada.

A despesa pública baixou, o défice reduziu-se e “até a dívida pública ficou abaixo do previsto”.

Mas uma outra lição poderá ser retirada destes resultados, como é o caso de ser possível harmonizar a consolidação orçamental com o crescimento da economia, ideia que, advogou, “sempre defendemos”, uma

vez que a consolidação orçamental “não é um fim em si mesmo”, mas uma condição para atingir aquele que é verdadeiramente “o nosso desígnio: um crescimento económico saudável e sustentável no futuro”.

Esta nova realidade positiva das contas públicas, defendeu o primeiro-ministro, veio evidenciar um facto difícil de contornar na história recente da economia portuguesa, de que é possível fazer baixar o défice público, para padrões situados abaixo da meta fixada e, ao mesmo tempo, ter conseguido criar riqueza na economia acima da previsão inicial.

Uma realidade económica dinâmica

Perante estes dados económicos, sustentados num cenário que aponta pela primeira vez em três décadas para uma nova realidade das contas públicas, o primeiro-ministro garantiu que a nova meta de 3,3 por cento para o défice em 2007 “representará um esforço muito significativo”, algo que equivalerá, como acentuou “a uma redução na ordem dos 20 por cento”.

De facto, fazer baixar o défice das contas públicas para os 3,3 por cento em 2007, na opinião do primeiro-ministro, “é um compromisso adequado

ao estado actual da economia portuguesa”, reconhecendo que ser mais ambicioso neste capítulo “poderá representar um condicionamento ao crescimento económico do país”.

José Sócrates reforçou a ideia de que todo este resultado, agora alcançado, é fruto “esforço dos portugueses”, que durante mais de trinta anos foram confrontados, como lembrou, “com inúmeras promessas dos mais variados governos” de que o défice das contas públicas tinha um fim à vista, mas que a realidade veio provar, pelo contrário, que essas promessas mais não fizeram do que “minar profundamente a sua confiança”, uma vez que a realidade acabava sempre por desvendar sistematicamente um défice das contas Estado agravadas e, quantas vezes, “sempre mais altas do que antes estava previsto”.

É por isso que estes bons resultados agora apresentados em relação à redução do défice orçamental, “seja qual for o ponto de vista”, representam, sem dúvida, como defendeu o primeiro-ministro, “um resultado extraordinário” e a prova de que o país “conseguiu reduzir o seu défice em mais de um terço”, e isto, como sublinhou, em simultâneo com a maior redução da despesa pública primária em percentagem do PIB dos últimos trinta anos.

Isto significa que mais de 75 por cento da redução do défice agora anunciado se deve, não às receitas, mas à redução da despesa, sendo falso, “como todos os dados o indicam”, disse o chefe do Governo, que este bom resultado se deva de algum modo “a uma redução do investimento”.

Trata-se, como defendeu José Sócrates, de uma verdadeira e sólida consolidação das contas públicas, “já que reduzimos o défice e reduzimos a despesa pública”.

Redução, disse, feita e levada à prática, sem recurso a receitas extraordinárias, “nem engenharias financeiras”. Pelo contrário, ela resulta, em larga medida, de “mudanças estruturais que já começam a produzir resultados”.

Para o primeiro-ministro, agora já não há margem para quaisquer dúvidas. A consolidação orçamental está finalmente em marcha, “está a ser prosseguida de forma séria e sustentada”.

Diversidade cultural deve aproximar os povos

OS DIRIGENTES políticos internacionais devem possibilitar entendimentos de interesses comuns, nomeadamente na componente cultural, essencial para alcançar parcerias em prol do progresso e da paz. Esta a ideia central sublinhada pelo deputado socialista Agostinho Gonçalves, em Tunes, na APEM.

Numa intervenção em que saudou os “avanços consideráveis” verificados na Tunísia, Agostinho



Gonçalves advogou a aproximação dos Estados pela via cultural, “agarrando a diversidade como riqueza a partilhar por todos e em benefício directo dos respectivos povos”.

“A história existente no património edificado é um marco relevante para fazer ponto de aproximação, rasgando fronteiras visíveis e invisíveis”, sustentou, defendendo de seguida que um intercâmbio cultural a nível in-

ternacional “deverá envolver toda a arte literária, musical, plástica e teatral”, entre outras, “com programas abertos às populações”, onde seja possível promover uma “aproximação desejável e útil”.

Ao lançar o desafio de “romper com os preconceitos instalados”, Agostinho Gonçalves declarou que o caminho a realizar agora passa por chamar artistas e jovens a esta tarefa e juntar instituições na realização de actos de carácter

cultural.

Sugeriu depois que uma exposição de artes plásticas conjunta poderia ser o primeiro passo nesta jornada, “abrindo possibilidades imensas a outras realizações”.

A terminar, o deputado socialista apontou como um desafio dos povos do mediterrâneo para o século XXI realizar esta aproximação cultural, procurar a vontade política para a concretizar e ajudar com isso ao desígnio da paz. M.R.

Sócrates afirma que presidência portuguesa da UE já começou

ESPAÇO SCHENGEN

O PRIMEIRO-ministro, José Sócrates, considerou que a presidência portuguesa da União Europeia (UE) começou no dia 27 com a entrega de uma solução informática, o kit "SISone4all", aos representantes dos nove Estados-membros que vão entrar no espaço Schengen.

Sócrates falava no Centro Cultural de Belém, numa cerimónia em que o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, procedeu à entrega aos representantes dos governos da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa do kit da aplicação de software "SISone4all".

O kit "SISone4all" permitirá aos nove Estados-membros do alargamento de 2004 aderirem, a partir de 31 de Dezembro deste ano, ao Sistema de Informações Schengen, dois anos antes do previsto.

"Com o 'SISone4all' começou a presidência portuguesa da União



Europeia", disse José Sócrates, num discurso em que teceu rasgados elogios "ao inconformismo" do seu ministro de Estado e da

Administração Interna.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro sublinhou que a nova aplicação informática desenvol-

vida em parceria pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e uma empresa privada nacional "permitiu à União Europeia concretizar

o objectivo de criar um amplo espaço de circulação e de segurança", respeitando a previsão feita no seu calendário inicial.

"Portugal sempre apoiou o alargamento da União Europeia, até porque sempre teve a consciência da importância histórica do reencontro dos povos da Europa após a queda do Muro de Berlim", referiu Sócrates.

Segundo o chefe do Governo, com o contributo de Portugal, "as fronteiras internas estão agora a cair mais cedo em benefício dos cidadãos europeus", salientando que "nada reforça mais a credibilidade e a confiança dos cidadãos na União Europeia do que a concretização do projecto de liberdade de circulação".

Sócrates referiu ainda que, em Dezembro, "quando terminar a presidência portuguesa da União Europeia, vão cair as fronteiras internas" dos Estados-membros do alargamento de 2004, sublinhando que "nada contribui mais para aproximar as pessoas da Europa do que a liberdade de circulação e a segurança".

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

50 ANOS DE INSPIRAÇÃO

NO PASSADO dia 25 de Março completaram-se 50 anos sobre a assinatura do Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM), prevendo-se, na altura, também a criação de um mercado comum europeu a partir de 1 de Janeiro de 1958.

Há 50 anos, a assinatura do Tratado de Roma constituiu o culminar de um processo que surgira após a II Guerra Mundial, que deixara a Europa arrasada, económica, social e politicamente, e dependente das duas superpotências que viriam a marcar, com a Guerra Fria, as décadas seguintes da cena mundial: a União Soviética e os Estados Unidos da América.

Cinquenta anos depois, a Europa de hoje é muito diferente daquela que foi testemunha da assinatura do Tratado de Roma. Vivemos os últimos 50 anos com um facto inédito no espaço europeu, a ausência de conflitos armados entre os países que compõem a União Europeia, precisamente depois de termos sido palco, no último século, dos dois conflitos mais sangrentos e catastróficos da história da humanidade. Mais: o projecto europeu conseguiu unir, numa causa comum, povos que antes e quase sempre se enfrentaram entre si.

A Europa conseguiu assim erguer-se de conflitos devastadores, unindo diferenças que potenciaram a prosperidade e a paz no Velho Continente, reforçando e aperfeiçoando as democracias europeias e dando exemplos a todo o mundo de uma comunidade que baseia o seu modelo social europeu na liberdade, na democracia e nos direitos humanos, num sistema político de cooperação e de gestão conjunta de soberanias.

Cinquenta anos depois, a Declaração de Berlim, adoptada a 25 de Março passado, corrobora os valores comuns europeus, nomeadamente o respeito pela dignidade humana, a tolerância e a igualdade de oportunidades. O papel do mercado único e do euro foram também sublinhados, uma vez que permitem à União Europeia moldar de acordo com os valores europeus a crescente globalização da economia mundial.

Os europeus, nestes últimos 50 anos foram capa-

Apesar da grande ambição dos seis países que iniciaram a aventura europeia, há 50 anos poucos seriam capazes de imaginar que seria possível, em 2007, ter chegado tão longe



zes de construir o maior espaço de comércio livre do mundo, uma moeda única partilhada por quase todos os cidadãos europeus e bem como normas comuns de protecção do ambiente e de segurança dos produtos que facilitam a criação de mais empregos e maior crescimento económico.

Apesar da grande ambição dos seis países que iniciaram a aventura europeia, há 50 anos poucos seriam capazes de imaginar que seria possível, em 2007, ter chegado tão longe.

A Europa que hoje conhecemos pouco terá a ver com aquela que sustentou a assinatura do Tratado de Roma. Todavia, os princípios e os valores que identificam a União Europeia são os alicerces reforçados para o desenvolvimento do modelo europeu que queremos, hoje necessariamente mais evoluído, complexo e alargado com os seus 27 Estados e 500 milhões de habitantes.

A dificuldade em encontrar o máximo denominador comum vai aumentando ao passarmos de 6 para 9 ou para 12, ou 15, 25 ou 27, mas o ideal europeu, esse permanece inalterado na sua ambição.

No segundo semestre deste ano, Portugal vai assumir a presidência do Conselho Europeu com uma agenda que mais do que um objectivo é acima de tudo uma oportunidade de reforço da importância portuguesa na União Europeia.

A agenda da presidência portuguesa, centrada na questão política/institucional – em resultado dos progressos que entretanto a presidência alemã obtemha – no desenvolvimento da economia europeia e das condições que nos permitem competir na economia global, numa Europa na vanguarda dos processos de inovação científica e tecnológica como foi estabelecido pela Estratégia de Lisboa, na liberdade e na segurança no espaço europeu, por fim, mas não menos importante, sobre a questão do lugar a que a Europa deve aspirar no mundo contemporâneo é reconhecidamente um desafio à altura da inspiração dos 50 anos do Tratado de Roma.

Cinco perguntas a Vitalino Canas

A 25 de Março último completou-se meio século desde a assinatura do Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), prevendo ainda a criação do Mercado Único Europeu a partir de 1 de Janeiro de 1958. O "Acção Socialista" fez cinco perguntas sobre esta importante efeméride ao deputado Vitalino Canas, presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeu da Assembleia da República.



MARY RODRIGUES

Que balanço faz da evolução da dimensão comunitária desde 1957 a esta parte?

Os Tratados de Roma trouxeram paz e prosperidade económica. A Europa sempre teve períodos de guerra muito prolongados e períodos de paz muito breves. Com as comunidades europeias conseguimos paz no continente e um período de prosperidade económica ímpar na história europeia.

Do ponto de vista político também se lançaram bases para que a Europa, no futuro, se afirmasse como um agente ao

nível internacional de peso.

Por estes sucessos e por muitos mais que não referi, o balanço de evolução da dimensão comunitária ao longo dos últimos 50 anos é positivo, sem qualquer dúvida.

Nessa ordem de pensamento, quais são, na sua opinião, os principais sucessos alcançados pela Europa comunitária?

Para mim, como referi, a paz e a prosperidade económica constituem sucessos importantíssimos, mas também não podemos esquecer o facto das comunidades terem permitido a constituição de um espaço único de circulação de mercadorias, bens, serviços, capitais e pessoas, ter

criado uma moeda única que confere aos Estados-membros um poder especial no contexto internacional e ainda estar a criar uma cidadania europeia fundada numa em princípios e valores comuns que marcam a nossa identidade a nível global.

Cinquenta anos volvidos desde aquele 25 de Março, quais são as vantagens actuais de se ser europeu?

Desde logo beneficiamos da imensa vantagem de podermos circular livremente pela Europa e do leque mais alargado de possibilidades que essa circulação põe ao nosso alcance. Beneficiamos igualmente de um espaço de liberdade, segurança

e justiça, que está a ser gradualmente constituído, agora a 27. Beneficiamos ainda do facto de termos estruturas de protecção dos nossos direitos de cidadãos que consolidam muito do nosso desenvolvimento constitucional interno e que são obviamente importantes.

Que desafios se perfilam para a Europa nos próximos 50 anos e que papel joga a próxima presidência portuguesa da União para começar a enfrentá-los com sucesso desde já?

A longo prazo destaco dois desafios para a Europa que considero essenciais. O primeiro passa pelo reforço da nossa identidade política europeia e pela possibilidade da Europa se afirmar no panorama internacional com um uma voz mais forte e unificada, de forma a poder readquirir o protagonismo que teve no passado.

O segundo grande desafio prende-se com a liderança por parte da Europa do processo de salvação do ambiente mundial, de combate ao aquecimento global e de construção da eficiência e segurança energéticas.

Quanto à presidência portuguesa da União, ela terá de enfrentar um importante repto relacionado com a aprovação do Tratado Constitucional, para além de outros desafios assinalados pelo programa tripartido de presidências que está em vigor e que têm a ver com a energia, ambiente, espaço de segurança e liberda-

de, migração, entre outras áreas.

Estou convicto de que, à semelhança das anteriores presidências portuguesas, esta que começa no segundo semestre deste ano saberá enfrentar estes e outros desafios com sucesso, ajudando, ao mesmo tempo, à concretização dos dois grandes objectivos de longo prazo que referi.

No preâmbulo do Tratado de Roma afirma-se claramente o objectivo político de integração progressiva dos diferentes países-membros. Considera que estamos próximos ou distantes de concretizar finalmente esse objectivo?

A resposta a essa pergunta depende da perspectiva que se queira ter dessa integração política. Nós beneficiamos muito de um modelo diferente que a Europa tem executado e que é não estadual, mas diferente de uma organização internacional.

Estamos a conseguir conciliar a manutenção de 27 identidades dos Estados-membros dentro de uma grande identidade europeia e de um projecto de integração política, que sem dissolver as unidades nacionais, permitirá que a Europa tenha voz única em alguns sectores importantes no contexto global.

Nessa perspectiva, não se tendo atingido ainda o patamar perfeito e estando ainda longe dele, já houve uma evolução positiva no sentido da integração política visada pelo Tratado de Roma.

Dez princípios para uma nova maioria UM COMPROMISSO COM OS MADEIRENSES

<http://estamospreparados.blogspot.com/>

1. Investir nas pessoas – a aposta na Educação e Qualificação
2. Promover a criação de emprego – Um desafio estratégico vital
3. Assegurar a Inclusão de todos e Combater a Pobreza
4. Desenvolver uma Política Social dirigida aos cuidados continuados de Saúde
5. Reforçar a Coesão e Competitividade Económica

6. Promover a Sustentabilidade, apostar nas Energias Renováveis
7. Estimular uma Sociedade de Inovação, Conhecimento e Cultura
8. Estabelecer um Sistema Financeiro e Fiscal ao Serviço da Desenvolvimento.
9. Implementar uma nova forma de Governar e uma nova Relação da Administração Regional com o Cidadão
10. Viver uma Autonomia com Mais Cidadania e Mais Qualidade

www.estamospreparados.net

A MADEIRA VAI GANHAR!

Jacinto Serraão

ESTAMOS PREPARADOS | PS

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ Director Jorge Seguro Sanches ■ Director-adjunto Silvino Gomes da Silva ■ Redacção J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ Secretariado Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ Layout e paginação Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ Edição Internet Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ Redacção, Administração e Expedição Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ Depósito legal N° 21339/88 ■ ISSN 0871-102X ■ Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa